

revista

poli saúde
educação
trabalho

Ano V — Nº. 25 — set./dez. 2012

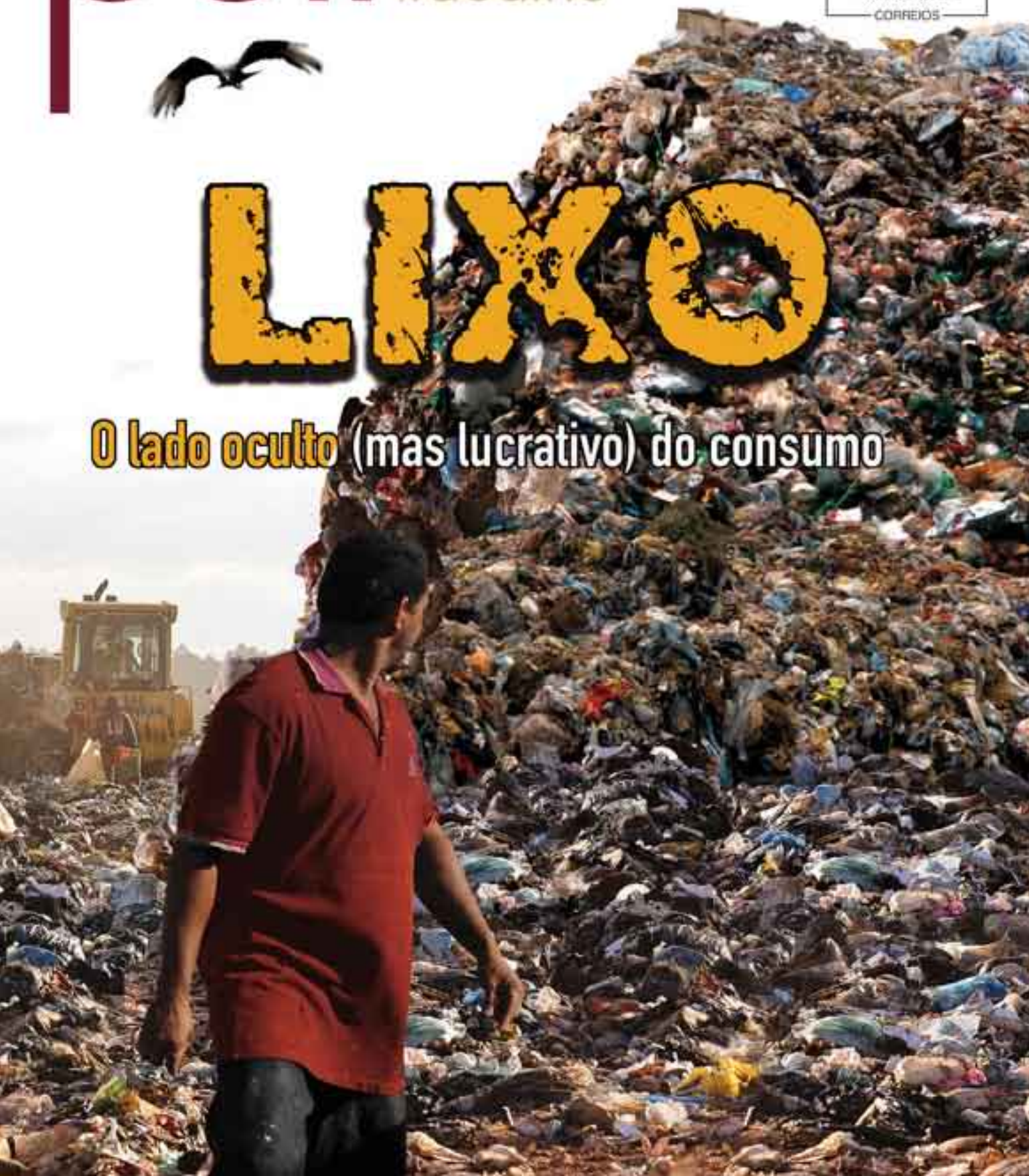


Impresso
Especial
9912213506 00111
Fundação
Oswaldo Cruz
CORREIOS



LIXO

O lado oculto (mas lucrativo) do consumo



Conheça o POLI

Direção
55(21)3865-9700

Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional
55(21)3865-9707

Vice-Direção de Ensino e Informação
55(21)3865-9729

Vice-Direção de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
55(21)3865-9705

Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde
55(21)3865-9745

Grupo de Trabalho em Saúde Mental
55(21)3865-9755

Laboratório de Educação Profissional em Gestão em Saúde
55(21)3865-9780

Laboratório de Educação Profissional em Informações e Registros em Saúde
55(21)3865-9765

Laboratório de Educação Profissional em Manutenção de Equipamentos de Saúde
55(21)3865-9788

Laboratório de Educação Profissional em Técnicas Laboratoriais em Saúde
55(21)3865-9784

Grupo de Trabalho de Biossegurança
55(21)3865-9743

Laboratório de Educação Profissional em Vigilância em Saúde
55(21)3865-9770

Laboratório de Formação Geral na Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9720

Laboratório de Iniciação Científica na Educação Básica
55(21)3865-9740

Laboratório de Trabalho e Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9750

Coordenação de Administração
55(21)3865-9820

Coordenação de Cooperação Internacional
55(21)3865-9730

Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos
55(21)3865-9860

Coordenação Editorial da Revista Trabalho, Educação e Saúde
55(21)3865-9850

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional em Saúde
55(21)3865-9732

Coordenação Geral do Ensino Técnico de Nível Médio em Saúde
55(21)3865-9728

Biblioteca Emília Bustamante
55(21)3865-9840

Núcleo de Tecnologias Educacionais em Saúde
55(21)3865-9892

Secretaria Escolar
55(21)3865-9865

Serviço de Informática
55(21)3865-9810

Serviço de Manutenção de Equipamentos e Instalações Prediais
55(21)3865-9870



Revista Trabalho, Educação e Saúde
55 (21) 3865-9850 | www.revista.epsjv.fiocruz.br



Observatório dos Técnicos em Saúde
55 (21) 3865-9750 | www.observatorio.epsjv.fiocruz.br

RETS

Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde

Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS)
55 (21) 3865-9730



Biblioteca Virtual em Saúde
55 (21) 3865-9840 | www.bvseps.icict.fiocruz.br



Comitê de Ética em Pesquisa
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Comitê de Ética em Pesquisa
55 (21) 3865-9710

Capa	
O que fazer com o lixo?	4
Entrevista	
Luiz Werneck Vianna - "PT e PSDB são duas colorações da mesma socialdemocracia"	14
Direito de Greve	
Greve no serviço público: regulamentar ou proibir?	18
Legislação Ambiental	
Código Florestal e a corrida pela terra	22
Almanaque	25
Notas	26
Livros	
Uma abordagem abrangente sobre as drogas	28
Dicionário	
Transgênicos	29

Confesse: se não assistiu, você pelo menos ouviu falar em 'Avenida Brasil', a novela do horário nobre da TV Globo que bateu recordes de audiência. O lixo que ilustra a capa desta revista, no entanto, é bem menos romântico do que o da novela, que foi cenário de belas rotinas familiares, romances e até festas de casamento. Nesta edição, você verá que a enorme quantidade de lixo produzido por uma sociedade marcada por um consumo desenfreado gera uma série de problemas, principalmente à saúde e ao meio ambiente. E que, tal como na TV, também há quem ganhe com a exploração desses rejeitos, só que, na vida real, quem lucra com o lixo são grandes empresas e não um vilão maltrapilho como o Nilo da novela.

Esta revista traz também o capítulo final de outra novela: a votação do Código Florestal que, depois de muitas idas e vindas entre Congresso, Executivo e mobilização da sociedade, parece ter sido concluído com um texto que não agradou nem aos ambientalistas nem aos ruralistas. No 'Dicionário', o verbete da vez é 'transgênicos', outro tema polêmico que envolve a relação entre saúde e ambiente e entre o desenvolvimento científico e os seus usos econômicos.

O livro desta edição fala sobre álcool e drogas, abordando outra questão que tem inspirado políticas controversas, como a recente decisão da prefeitura do Rio de Janeiro de aplicar a internação compulsória dos usuários de crack.

A entrevista, feita com o cientista político Luiz Werneck Vianna, analisa as eleições municipais que ocorreram este ano, pensadas também à luz do sistema eleitoral brasileiro.

Uma matéria extra parte da recente greve dos servidores públicos federais, que mobilizou cerca de 350 mil trabalhadores, pelos cálculos dos sindicatos, para debater a atualidade, pertinência e, sobretudo, o direito de greve do funcionalismo.

Por fim, esta revista traz uma seção nova com notas que recuperam fatos que, embora não tenham sido desenvolvidos como reportagem, merecem ser registrados e lembrados como importantes.

Boa leitura!

Ano V - Nº 25 - set./dez. 2012
Revista POLI: saúde, educação e trabalho -
jornalismo público para o fortalecimento da
Educação Profissional em Saúde.
ISSN 1983-909X

Conselho Editorial

Aline Andréa, Cristina Araripe, Etelcia Molinaro,
Felipe Gonçalves, Felipe Machado, Francisco
Bueno, Giovanna Abreu, Gladys Miyashiro,
Iêda Barbosa, Jairo Freitas, José Orbílio, Júlio
César Lima, Marcela Pronko, Marco Antônio
Santos, Mauro Gomes, Paulo Cesar Ribeiro,
Sergio Munk

Coordenador de Comunicação, Divulgação e Eventos

Marcelo Paixão

Editor

André Antunes

Repórteres

André Antunes
Maíra Mathias
Cátia Guimarães
Viviane Tavares

Projeto Gráfico e Diagramação

Zé Luiz Fonseca
Marcelo Paixão

Capa

Maycon Gomes

Imagens da Capa

Montagem sobre fotos de Wilson Dias e
Marcelo Casal Junior /Agência Brasil

Assistente de Gestão Educacional

Solange Santos
Valéria Melo

Editora Assistente de Publicações

Lisa Stuart

Tiragem

10.000 exemplares

Periodicidade

Bimestral

Gráfica

WallPrint

Endereço

Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, sala 305 - Av. Brasil, 4.365 - Manguinhos,
Rio de Janeiro CEP: 21040-360 - Tel.: (21) 3865-9718 - Fax: (21) 2560-7484
comunicacao@epsjv.fiocruz.br | www.epsjv.fiocruz.br



Elzo Fúza/ABR

O que fazer com o lixo?

No fim da linha do ciclo do consumo e do desperdício, o lixo é fonte de poluição e agravos à saúde mas também de lucros

André Antunes

O maior navio já construído pelo homem é um superpetroleiro de nome *Knock Nevis*. O navio – desmontado em 2010 – tinha um comprimento equivalente a quatro campos de futebol e a largura de um prédio de 23 andares. E era capaz de transportar, de uma só vez, uma carga com peso máximo de 564 mil toneladas.

Mas mesmo esse colosso se apequenaria se tivesse que desempenhar a inglória tarefa de transportar o lixo domiciliar gerado anualmente no mundo: uma montanha de 730 milhões de toneladas, que necessitariam de 1,3 mil viagens do *Knock Nevis*. Isso porque estamos falando só do rejeito gerado nos domicílios. Se tivesse que transportar a somatória do lixo que é gerado anualmente por todas as atividades humanas levadas a cabo no mundo – estimadas em 30 bilhões de toneladas –, o maior navio da história precisaria fazer mais de 53 mil viagens.

Aí você pergunta: transportar para onde? Pois é, como se não bastasse, o transporte é só um dos componentes desta equação. Arranjar um lugar para dispor de todo esse lixo de maneira a provocar o menor impacto possível é um desafio tão grande quanto transportá-lo, se não maior. No lixo podem ser encontrados vários agentes patogênicos e resíduos químicos com potencial para afetar nossa saúde; o lixo é capaz de impactar negativamente o meio ambiente de diversas formas, poluindo o solo, a água e o ar. Para piorar, o descarte do lixo gera um problema na medida em que ninguém quer morar perto de depósitos de rejeitos que, via de regra, acabam sendo instalados próximos a populações pobres em áreas periféricas.

Enfim, o lixo – desde sua geração até sua disposição final – é um tema que extrapola discussões meramente técnicas, trazendo à baila questões políticas, econômicas, sociais e éticas, como você verá ao final desta reportagem, que busca dar um panorama das principais dificuldades para o manejo do lixo hoje no Brasil, as soluções possíveis e as estratégias que vêm sendo apresentadas como soluções, mas que trazem em si mesmas outros problemas.

Política Nacional de Resíduos Sólidos

Mas por que falar de lixo agora? A explicação está na lei 12.305, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecendo diretrizes e metas para a área de gerenciamento do lixo no país, além de criar instrumentos para que os três entes federados, o setor produtivo e a sociedade civil se articulassem no sentido de garantir o descarte ambientalmente adequado dos chamados resíduos sólidos comumente chamados de lixo. Essa denominação engloba desde o que é gerado nos domicílios até o que é produzido pela atividade mineradora, passando por resíduos de serviços de saúde, industriais, entre outros. A lei estipulou um prazo de dois anos para que todos os municípios e estados que desejassem receber recursos federais destinados a essa área elaborassem planos de gestão de resíduos, que deveriam apresentar um diagnóstico de todo o lixo gerado em seus territórios, especificando volume, caracterização e as formas de destinação e disposição final adotadas, além de uma série de outros itens, como: a identificação de áreas favoráveis para a disposição ambientalmente adequada dos resíduos; regras para seu transporte; planilhas de custo e metas para redução, reutilização, coleta seletiva e reciclagem, no sentido de reduzir a quantidade de resíduos que efetivamente precisaria ser descartada.

O prazo terminou em agosto deste ano, e o balanço não é dos mais animadores. Segundo Silvano Silvério, diretor de ambiente urbano do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a estimativa do governo é de que cerca de 550 municípios elaboraram ou estão elaborando seus planos de gestão, e deverão receber recursos do MMA. Isso representa em torno de 10% dos 5.565 municípios brasileiros. No mais, diz Silvério, 17 estados e o Distrito Federal estão elaborando seus planos com recursos do MMA. “Ressaltando que 2012 não é o prazo para terem seus planos elaborados, e sim para acessar recursos da União. O que não impede e nem

desobriga os municípios e estados de elaborarem seus planos, que são instrumento da PNRS e são, portanto, obrigatórios”, afirma. Com o fim do prazo, ele diz que o governo avalia a possibilidade de continuar apoiando a elaboração dos planos.

Maurício Waldman, pós-doutor em resíduos sólidos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), acredita que muitos dos municípios que concluíram seus planos de gestão de resíduos no prazo o fizeram de maneira incompleta. O pesquisador cita o caso de São Paulo, onde, segundo ele, “a prefeitura, para atender a exigência de fazer um plano até esse ano, fez um que não especifica metas, custos de implantação, só faz promessas. Ninguém quis se comprometer”. Para Waldman, estabelecer o prazo para elaboração até 2012, as vésperas de uma eleição municipal, foi equivocado. “Eu não consigo imaginar nenhum prefeito deixando um plano destes de graça para o seu sucessor. Tem uma questão aí que é política”, aponta. Segundo ele, uma das dificuldades é inerente à forma como os cargos são preenchidos na maioria das prefeituras. “Não necessariamente quem está à frente de uma secretaria de obras ou de uma secretaria de meio ambiente é da área. Em geral é uma pessoa que está na composição política do partido que entrou e é contemplada com esse cargo”, situa. Além disso, diz, em geral o aparato administrativo das prefeituras não tem uma concepção muito clara de tudo o que envolve o gerenciamento do lixo. “Na cabeça de muitos administradores, qual é o grande problema do lixo? É não deixá-lo acumulado na calçada porque é esteticamente ruim, a população reclama. Então a ideia é tirar o lixo da calçada. Mas para onde ele vai? Aí é outra história”, afirma.

Quantidade e destinação do lixo domiciliar

Maurício levanta uma questão fundamental: quanto lixo é gerado nos municípios brasileiros todos os dias e o que é feito com ele? Os dados consolidados mais recentes são de 2008, e estão na Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo ela, a coleta regular de resíduos sólidos é feita em quase 90% dos domicílios do país, sendo que na área urbana esse percentual passa de 98%; na área rural, contudo, a coleta só chega a 33% dos domicílios. Em 2008, foram coletadas 183,5 mil toneladas por dia de resíduos sólidos urbanos (provenientes das residências e estabelecimentos comerciais e de serviços) no país.

Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, atualmente o local mais adequado para receber esse lixo são os aterros sanitários, empreendimentos que devem receber licença ambiental dos órgãos ambientais estaduais para funcionar e obedecer a uma série de critérios técnicos: o local tem de ser cercado para barrar a entrada de estranhos; o lixo deve ser coberto por terra e, por baixo, receber uma manta de polietileno para evitar que o chorume – resíduo altamente tóxico proveniente da decomposição do lixo – contamine corpos d’água; o terreno deve possuir uma unidade de tratamento de chorume e uma usina de captação do metano, gás também produzido na decomposição da matéria orgânica e que é um dos causadores do efeito estufa; entre outros critérios. Em 2008, existiam 1.723 empreendimentos desse tipo no Brasil, que receberam 110 mil toneladas diárias de lixo, ou seja, 58,3% do total produzido. Este número vem crescendo: dez anos antes, de acordo com o IBGE, esse percentual era de 35,4%.

Sobram então aproximadamente 73 mil toneladas diárias de lixo (41,7% do total) que não foram dispostos em aterros sanitários e, portanto, segundo a lei, foram despejados de forma inadequada do ponto de vista ambiental. E é justamente esse um dos principais desafios para os municípios brasileiros na área de gerenciamento dos resíduos hoje. Segundo a PNSB 2008, dessas 73 mil toneladas/dia, 37,3 mil (19,8% do total) foram dispostas nos chamados vazadouros a céu aberto, ou simplesmente, lixões. Outras 36,6 mil toneladas/dia (19,4%) de resíduos foram para os aterros controlados, que oficialmente são uma mistura entre lixão e aterro



Mapa do IBGE que mostra a localização dos aterros sanitários e lixões no território nacional

sanitário, mas que não atendem a todos os critérios para serem classificados como aterros sanitários e, por isso, não são considerados adequados para disposição final do lixo.

A erradicação dos lixões e dos aterros controlados é um dos pontos focais da Política, tanto que a lei estipulou um prazo de quatro anos após sua aprovação para que os 5.565 municípios brasileiros passassem a descartar todo o seu lixo em aterros sanitários. O prazo termina em 2014, e a tarefa, pelos dados do IBGE, não será das mais fáceis: em 2008, existiam 2.906 lixões e 1.310 aterros controlados no país. Esse quadro, no entanto, já foi muito pior: em 1998, eram 4.642 lixões e 1.231 aterros controlados, que, juntos, recebiam 56,7% do lixo gerado no país na época. Este percentual caiu para 39,2% em 2008, segundo o IBGE. Para Silvano Silvério, o histórico dá motivos para otimismo. “Ele mostra que mesmo antes da política, sem apoio financeiro do governo federal, houve um bom aumento na destinação dos resíduos em aterros sanitários”, aponta. Segundo o diretor de Ambiente Urbano do MMA, o governo federal ainda estuda a possibilidade de apoiar os municípios nessa empreitada. “Essa é uma agenda tipicamente municipal, e, portanto, ainda não temos nenhuma definição se vamos apoiar ou não, mas o que eu posso dizer é que isso está em discussão”.

Os 2.906 lixões do país estão distribuídos por 2.810 municípios, de acordo com a pesquisa do IBGE. Trocando em miúdos, 50,5% das cidades brasileiras têm como principal forma de destinação de seus resíduos os lixões. Erradicá-los, diz Silvério, “é um desafio grande para os municípios, e a destinação adequada até 2014 vai depender de como os prefeitos vão se colocar frente a essa meta que a lei impõe”. Um instrumento previsto na lei e que poderia contribuir nessa tarefa, diz, são as ações consorciadas entre vários municípios para a implantação e operação de aterros sanitários, principalmente para os municípios de pequeno porte, que sozinhos não produzem a quantidade de lixo suficiente para que seja viável economicamente a instalação de um aterro sanitário. Segundo o IBGE, 98,5% dos lixões e 93,5% dos aterros controlados localizam-se em cidades pequenas, com até 100 mil habitantes. De acordo com Silvério, o custo total para adequar a destinação final do lixo ao disposto na lei no Brasil inteiro é da ordem de R\$ 10 bilhões.

Os dados do IBGE mostram que a incidência de lixões não é uniforme no país (veja mapa ao lado), e tende a ser maior nas cidades pequenas. Além disso, o uso dos lixões como forma de descarte dos resíduos é mais comum nas regiões mais pobres: dos 2.906 lixões citados na PNSB, 1.655 estavam na região Nordeste, 388 no Norte e 349 no Centro-Oeste. Enquanto no Brasil como um todo metade dos municípios tem lixões, nessas regiões a situação é bem mais preocupante: no Nordeste, esse índice chega a 89%; no Norte, a 84%; e no Centro-Oeste, a quase 73%. Já no Sul, que concentra 805 dos 1.723 aterros sanitários do país, apenas 15,3% dos municípios têm lixões; e no Sudeste, que tem 605 aterros sanitários, 18,4% dos municípios.

Para João Alberto Ferreira, professor do departamento de Engenharia Sanitária da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), parte da explicação está nos altos custos de implantação de um aterro sanitário. “Do ponto de vista de um administrador público acostumado com um lixão, o aterro sanitário é muito caro. Se hoje uma prefeitura gasta R\$ 3 por tonelada depositada em lixão, ela vai passar a gastar até R\$ 50 com o aterro”, revela. Supondo que esta barreira seja transposta, diz Ferreira, é provável que o prefeito tenha dificuldade de encontrar empresas interessadas. “Se fizer uma licitação para contratar uma empresa grande que hoje opere no Brasil, muitas não se interessam por um município de pequeno porte porque não tem viabilidade econômica”.

Maurício Waldman aponta que mesmo que o histórico nacional mostre uma evolução na disposição adequada de rejeitos, é preciso ir um pouco mais a fundo para ter a dimensão real do tamanho do problema. “Se você pegar o mapa dos municípios do Brasil onde tem lixão, embora a maior parte do lixo vá para os aterros, vê-se que eles estão nas cidades mais populosas e ricas. A maior parte das cidades tem lixões, e estão onde? Na Amazônia, no pantanal, em áreas de mangue, ou seja, em áreas de interesse ambiental”, destaca, completando: “É

complicado, não só pelos lixões em atividade, mas também pelos que estão sendo desativados sem nenhum laudo”. Waldman estima em mais de 15 mil o número de lixões no país, contando os que foram desativados mas ainda oferecem riscos à saúde.

Lixo e saúde

Antes de ler esta parte da reportagem, cabe uma advertência: evite continuar se tiver acabado de comer. O conselho não é gratuito: falar de todos os agravos para a saúde e para o meio ambiente que o lixo pode causar é meio tenebroso, e pode provocar náusea e indigestão em pessoas suscetíveis. Por isso mesmo, é importante para quem estuda, trabalha ou simplesmente tem interesse na área da saúde.

Doutor em saúde pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (Ensp/Fiocruz), João Alberto Ferreira lista, no artigo ‘Aspectos de saúde coletiva e ocupacional associados à gestão dos resíduos sólidos municipais’, algumas das formas pelas quais o lixo pode afetar a saúde e o meio ambiente. “Microorganismos patogênicos ocorrem nos resíduos sólidos municipais mediante a presença de lenços de papel, curativos, fraldas descartáveis, papel higiênico, absorventes, agulhas e seringas descartáveis e camisinhas”, diz o pesquisador. Ele cita como exemplos os microorganismos responsáveis por doenças do trato intestinal e dermatites e o vírus causador da hepatite B.

A transmissão indireta de doenças pode se dar pelos vetores que encontram abrigo e alimento no lixo. No artigo ‘Resíduos sólidos e saúde pública’, Cristina Lucia Sisino, também doutora pela Ensp, afirma que no caso do lixo esses vetores são principalmente roedores e insetos. Os primeiros, diz ela, “podem estar implicados na transmissão de um grande número de doenças”, para em seguida listar as principais: peste bubônica, tifo, leptospirose e salmonelose, entre outras. Já entre os insetos que proliferam no lixo, destacam-se as moscas, mosquitos pulgas

e baratas, que podem atuar na transmissão de doenças que vão desde diarreias infecciosas até peste bubônica, passando por malária, dengue e febre amarela.

Como se não bastasse, Ferreira lembra ainda uma situação que segundo ele é recorrente nos lixões do país: a utilização do lixo como fonte de alimento de animais criados em sítios nas proximidades. “É muito comum ter porcos e vacas nos lixões, e a pergunta é: quem consome essa carne? Ela pode estar sendo consumida sem que se tenha ideia de onde veio. Em todas as cidades temos controle muito eficiente da vigilância sanitária sobre o consumo da carne de porco e de vaca nas feiras livres? Duvido”, opina.

Impactos ambientais

A decomposição do lixo gera dois resíduos com potencial enorme de impactar o meio ambiente: o chorume e o gás metano. O chorume, como aponta Cristina Lucia Sisino no artigo ‘Impacto ambiental dos grandes

Resíduos de Serviços de Saúde

A resolução 306 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), de 2004, estabelece o regulamento técnico para o gerenciamento dos resíduos provenientes de todos os serviços relacionados com o atendimento à saúde humana ou animal, incluindo laboratórios, farmácias, estabelecimentos de ensino e pesquisa na área de saúde, funerárias e centros de controle de zoonoses, entre outros. Pelo regulamento, todo gerador deve elaborar um Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), com base nas características dos resíduos gerados e na classificação quanto ao grau de risco que oferece para a saúde humana e ambiental. Ela é complementada pela resolução 358 de 2005 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), que especifica qual deve ser a destinação de cada tipo de resíduo.

De acordo com dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico do IBGE, em 2008 foram coletadas 8.909 toneladas de RSS por dia no Brasil, um total de 3,2 milhões de toneladas no ano. Dos 4.469 municípios pesquisados, 1.856 informaram que não realizavam qualquer tipo de tratamento, sem, contudo, ter-se verificado se havia necessidade destes RSS serem encaminhados para tratamento, conforme estabelecem as resoluções da Anvisa e do Conama. A pesquisa constatou também que 2.358 dos municípios investigados dispõem seus resíduos de serviços de saúde em lixões.

Com base no Manual de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde de 2006 da Anvisa, Maurício Waldman escreve que a parcela dos RSS que necessita de cuidados especiais – sendo que a forma mais aceita é a incineração – varia de 10% a 25% do total, e inclui itens como agulhas, seringas, órgãos e tecidos humanos removidos, sangue e hemoderivados, entre outros. “Portanto, a maior parte dos RSS não oferece perigo, sendo sua recuperação não apenas possível como recomendável”, afirma. Segundo ele, restos de mantimentos e de comida proveniente da alimentação de funcionários e da cafeteria, por exemplo, podem ser compostados. Já materiais como papéis, cartolinas, papelão, metais, plásticos e vidros, desde que não estejam contaminados, podem ser reciclados.

depósitos de resíduos urbanos e industriais', é formado quando a água da chuva e a umidade presente no próprio lixo passam através dos resíduos dissolvendo componentes orgânicos e inorgânicos e produtos em decomposição, "formando um líquido altamente poluente e de complexa composição". Estudos da *United States Environmental Protection Agency* [em português, Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos], citados por Cristina, relacionaram mais de 100 substâncias consideradas perigosas para a saúde humana em amostras de lixo urbano, como arsênio, antimônio, chumbo e mercúrio. "Atingindo os lençóis d'água subterrâneos – fonte de abastecimento de água para a população em muitos locais –, o chorume poluirá poços, podendo provocar endemias, desencadear surtos epidêmicos ou provocar intoxicações. Por ser comum na carga de chorume a presença de microorganismos indicadores de poluição fecal, as águas superficiais receptoras de chorume também terão uso limitado", escreve Cristina.

Já o metano, escreve a autora, é o componente predominante do biogás. Este, por sua vez, é gerado quando a matéria orgânica presente no lixo é fermentada por microorganismos em um ambiente impermeável ao ar. Além de ser inflamável, o que torna comum a ocorrência de combustão espontânea do lixo nas áreas de descarte, o metano, segundo João Alberto Ferreira, é um dos gases causadores do efeito estufa, sendo 21 vezes mais impactante nesse sentido que o dióxido de carbono. Uma das maneiras de se lidar com o biogás, nos aterros sanitários, é queimando-o, o que de acordo com Cristina constitui uma fonte de poluição do ar. Ferreira complementa: "Num aterro de grande porte, são 200 viagens por dia de caminhões de lixo, e com isso há a emissão local de barulho, dióxido e monóxido de carbono. Além disso um aterro grande movimentará 10 mil toneladas de lixo por dia. Uma vizinhança relativamente próxima vai sentir o cheiro e vai sofrer os impactos do material particulado, que causa problemas para a atmosfera local".

Reciclagem

Por tudo isso é que a PNRS colocou como prioridade a erradicação dos lixões e a instalação de aterros sanitários para dar conta de receber todo o lixo produzido no país, mas a disposição "ambientalmente adequada" é apenas a última etapa de um processo que deve também integrar a reutilização e a reciclagem de materiais com vistas a reduzir a quantidade que precisa efetivamente ser descartada. E de acordo com os números do IBGE, essa é uma parcela pequena do total de resíduos sólidos produzidos diariamente nos domicílios brasileiros, em torno de 16% do total. Das 183 mil toneladas diárias de resíduos produzidos em 2008, 58,6 mil toneladas foram de materiais recicláveis, como o vidro, o papel, papelão, plásticos e metais, o que representa 31,9% do total. Nesse aspecto, pelo menos segundo as estatísticas, a situação não é das piores: em 2008, o percentual de reciclagem do alumínio, aço, papel e papelão ultrapassou os 35% do total. Por outro lado, essa taxa ficou em torno dos 20% para vidros e plásticos.

O problema aparece quando analisamos mais pormenorizadamente esses números: segundo comunicado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) sobre resíduos sólidos, de 2012, a participação da coleta seletiva formal – presente em apenas 18% dos municípios, sendo que na maioria deles ela só cobre alguns bairros – no montante reciclado foi de 0,7% para os metais, 7,5% para papel e papelão, 10,4% para o vidro e 17,7% para os plásticos. "Produtos como latas de alumínio e PET têm um nível alto de reciclagem por conta de um trabalho semiescravo, dependente de gente que está catando lixo na rua em condições degradantes", conclui João Alberto Ferreira. Segundo o Ipea, os catadores hoje somam entre 400 mil e 600 mil pessoas, das quais apenas 10% estão organizados em cooperativas. Sua renda mensal média varia entre R\$ 420 e R\$ 520.

Segundo Severino Lima Júnior, da articulação nacional do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), um aspecto positivo da Política Nacional de Resíduos Sólidos foi a inclusão dos catadores no texto da lei, de modo a evitar que esses trabalhadores, que já vivem sob condições precárias, percam totalmente suas fontes de renda com o encerramento dos lixões. "A PNRS que diz que agora as prefeituras têm obrigatoriedade de contratar cooperativas, a não ser nas cidades onde não haja catadores. E vai além: as prefeituras e os estados, na elaboração de seus planos, têm a obrigação de prever a participação dos catadores se quiserem recursos federais", afirma Severino. Segundo ele, a ideia é que os catadores recebam apoio para formação de cooperativas – fortalecendo sua organização e seu poder de barganha frente à indústria da reciclagem – e com a inclusão destas nos programas de coleta seletiva formais. "Muitas prefeituras não querem reconhecer o papel e a importância do catador no ciclo de destinação adequada dos resíduos, pelas dificuldades que têm algumas cooperativas em termos de organização e também pela dificuldade de algumas prefeituras perderem o vício de contratação de empresas terceirizadas", avalia Severino. Segundo ele, mais de 90% do material que é reciclado no país passa pela mão de um catador, seja em lixões, na rua, em cooperativas ou por programas oficiais de coleta seletiva.

Vidro, plástico, metais, papel e papelão não são os únicos materiais que podem ser reaproveitados. Segundo o IBGE, 51,4% do lixo produzido no Brasil em 2008 foi de matéria orgânica. Entretanto, das 94 mil toneladas diárias, apenas 1,5 mil, ou 1,6% do total, foram encaminhados para tratamento via compostagem, para ser usado como adubo. E isso é um problema, porque é justamente o lixo orgânico que, ao se decompor nos aterros e lixões, causa os maiores problemas para o meio ambiente e para a saúde pública. "As cidades fariam mais



Metade dos municípios brasileiros descarta seus resíduos em lixões, sem nenhum tipo de tratamento

se deitassem do IPTU o dinheiro para todo mundo ter uma composteira do que fazer essas grandes operações de coleta de resíduos com caminhões compactadores, estações de transbordo. Só que se você fizer composteira doméstica quem vai reclamar são as empresas coletoras de lixo”, diz Maurício Waldman, lembrando que as empresas ganham por tonelada de material coletado e, portanto, não interessa sua composição. E como você verá adiante, atualmente essa não é a única forma que o setor privado dispõe para gerar dinheiro a partir do lixo, principalmente da fração orgânica.

“A reciclagem”, escreve Waldman no livro ‘Lixo: cenários e desafio e desafios’, “além de não se contrapor à dinâmica geral do processo de acumulação de capital, contribui, pelo contrário, para sua reprodução em outro patamar, agora reclamando uma lógica ‘sustentável’”. Ele lembra que a reciclagem está atualmente monopolizada por cinco itens – vidro, papel, plástico, aço e alumínio –, que são os mais valorizados do ponto de vista econômico. “Deste modo, mesmo que a performance da atividade recicladora detenha sinonímia com a ‘defesa da natureza’, trata-se de iniciativa fortemente pautada pela viabilidade econômica, que determina seus fluxos e progressos”, aponta no texto. A baixa inserção dos resíduos orgânicos nos ciclos de reciclagem, para Waldman, demonstra essa íntima relação da indústria recicladora com as dinâmicas de mercado.

O lucro do lixo

Você deve se lembrar que o Rio de Janeiro sediou, em junho deste ano, a Rio+20, evento da Organização das Nações Unidas (ONU) que reuniu governantes de centenas de países para discutir soluções para a crise ambiental. Talvez você se lembre também que a conferência deixou como legado oficial a proposta de economia verde, que basicamente propõe que a financeirização da natureza - por meio de mecanismos de mercado – é a melhor solução para os problemas ambientais. Mas o que o lixo tem a ver com isso? Muito, e uma das chaves para entender essa relação

está numa pequena sigla: MDL, ou Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Fabrina Furtado, doutoranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), explica que o MDL foi criado com o Protocolo de Kyoto, compromisso internacional assinado em 1997 no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que estabeleceu que os países ditos desenvolvidos deveriam reduzir suas emissões de gases de efeito estufa em 5,2% (com base nos índices do ano 1990) até 2009. “Esse protocolo também estabeleceu o que eles chamam de mecanismos de flexibilização, que permitem que os países ricos possam atingir suas metas de forma mais flexível”, afirma Fabrina, completando que, entre estes mecanismos, estão a comercialização de carbono e o MDL, que devem ser analisados conjuntamente. “A comercialização do carbono permite que as empresas comprem e vendam sua poluição. Exemplo: há duas empresas, uma na Alemanha e outra na Inglaterra,



Segundo o IPEA, são 600 mil catadores em atividade no país mas apenas 10% deles estão organizados em cooperativas e associações

as duas têm metas de redução, só que uma consegue reduzir muito mais do que é obrigada e a outra não consegue atingir sua meta. Em vez de ela mudar sua forma de produzir e diminuir suas emissões, ela compra o excesso da outra empresa”, explica. O MDL, por sua vez, foi a forma encontrada para integrar os países ‘em desenvolvimento’ nesse comércio. “Os países ricos, com compromisso de redução das emissões de CO₂, em vez de reduzirem as emissões, podem investir em projetos que teoricamente devem reduzir ou remover CO₂ da atmosfera elaborados por empresas nos países em desenvolvimento. Esses projetos geram um ativo financeiro que pode ser comercializado depois de passar pelo que se chama de ciclo de projeto do conselho executivo do MDL na ONU”, diz. A última etapa deste processo é o registro do projeto nesse conselho e, a partir daí, ele pode gerar créditos que são vendidos e comprados através da própria ONU.

E adivinhe qual foi o primeiro país do mundo a registrar um projeto de MDL na ONU? Acertou quem falou o Brasil. E o projeto pioneiro foi justamente o do aterro sanitário Novagerar, em Nova Iguaçu, estado do Rio, em 2004. Entre os projetos passíveis de serem registrados como MDL pela ONU – e portanto de receberem créditos para serem comercializados – estão vários que dizem respeito aos aterros sanitários, e uma das possibilidades é a captação do biogás para geração de energia elétrica, que também foi implementada no aterro controlado de Gramacho, em Duque de Caxias (RJ), que antes de ser fechado, no início de 2012, era o maior da América Latina. A energia gerada ali, afirma Fabrina, será vendida para a Reduc, refinaria da Petrobras localizada na mesma cidade. Segundo ela, o país hoje é o 3º do mundo em número de projetos de MDL registrados na ONU, com 213, sendo 33 na área de gestão de aterros sanitários.

Soluções paliativas para um problema estrutural

Para Fabrina, o principal problema deste tipo de iniciativa está na sua lógica, “que diz que os problemas ambientais ocorrem porque não

tem produto nem propriedade de direito sobre a natureza”. “Isso despolitiza o debate sobre mudanças climáticas, reduzindo-o a uma questão de emissão de carbono, que por sua vez é reduzido a um cálculo matemático de emissões que podem ser trocadas. E exclui de todo esse processo a discussão sobre o modelo de desenvolvimento e justiça ambiental. São feitas mudanças aqui e ali mas no longo prazo não se têm grandes melhorias, porque o problema na verdade é estrutural. As questões deveriam ser: por que se gera tanto lixo, de onde ele vem, quais as populações que são mais diretamente afetadas pela degradação ambiental que ele provoca” protesta.

Além disso, ela afirma que o MDL acaba legitimando o direito de poluir. “A causa real da geração da poluição e os impactos socio-ambientais são ignorados. Tanto é que são as empresas que mais precisam mudar suas formas de atuar que compram créditos, porque é mais barato”, afirma. A maioria dos projetos de MDL, diz Fabrina, são problemáticos. “Hoje há projetos

que recebem créditos e têm diversos impactos sociais e ambientais, como por exemplo a *Thyssen Krupp*, que recebe crédito de carbono mesmo sendo uma empresa denunciada por crimes ambientais, violação de direitos, relação com milícia”, critica. No caso de Gramacho, aponta, o Ministério Público Federal entrou com ação contra a concessionária do aterro hoje desativado, denunciando o vazamento de chorume nas águas da Baía da Guanabara e a falta de monitoramento ambiental do projeto que, na análise de Fabrina, ganha para continuar poluindo.

Incineração

A captação de biogás é só uma das possibilidades de se lucrar com o lixo que o mercado de carbono abre para as empresas do setor. Outra delas é a incineração do lixo, também com o intuito de gerar energia ‘limpa’ e reduzir a emissão de gases de efeito estufa. Não por acaso, a PNRS não proibiu a incineração do lixo, o que para especialistas da área deixou a porta aberta para que ela fosse considerada uma forma ambientalmente adequada de destinação dos resíduos sólidos. Segundo Elisabeth Grimberg, coordenadora de resíduos sólidos do Instituto Pólis, essa é uma das principais falhas da lei. “Vai se queimar materiais com alto teor de combustão que ainda tem um ciclo de vida a cumprir como os plásticos, papéis e papelão, que são materiais que, se você recicla, trazem economia de energia, de água e de matéria prima” aponta.

O Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis também se posicionou contra a incineração. “Conhecemos vários modelos de reaproveitamento energético através da incineração na Europa, e reconhecemos que em alguns essa tecnologia serve, mas porque não há catadores na matriz da cadeia de reciclagem deles. No Brasil temos 600 mil catadores e se você implantar a incineração vai matar essas famílias de fome”, critica Severino, concluindo: “A Europa em si já está discutindo a questão

energética e está querendo ampliar o papel da energia eólica e solar. Por isso muitos países estão com equipamentos parados querendo vender para a América Latina. É uma forma de eles darem destinação a equipamentos que vão ficar em desuso”. Por fim, a energia produzida a partir da queima do lixo, propagandeada como ‘limpa’, tem impactos ambientais relevantes. Segundo documento produzido pela organização não-governamental Gaia (Grupo de Ação e Intervenção Ambiental), por mais que mecanismos de controle da poluição do ar presentes em modelos novos de incineradores retenham alguns dos elementos poluentes, eles são “transferidos para outros subprodutos, tais como os diferentes tipos de cinza e na fumaça, que resultam da queima, e para a lama que se vai concentrando nos filtros d’água, todos eles inevitavelmente despejados no meio ambiente”. Além disso, afirma a entidade, os incineradores emitem mais dióxido de carbono por unidade de geração de eletricidade do que usinas movidas a carvão, por exemplo.

Seropédica: lixo e injustiça ambiental

Ninguém quer morar perto de um depósito de lixo, certo? Essa constatação, embora óbvia, traz à tona um problema frequente na área de gerenciamento do lixo, mas que é pouco abordado: a falta de transparência no processo de escolha dos locais destinados a receberem os rejeitos, que em geral, acabam próximos a populações com menores possibilidades de fazerem valer seus direitos. A questão da disposição do lixo tem papel central na discussão sobre essas situações que, segundo uma certa corrente de ambientalistas, configuram injustiças ambientais.

Talvez um exemplo recente facilite o entendimento. Em junho deste ano, o maior lixão da América Latina, no Jardim Gramacho em Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro, encerrou suas atividades depois de 34 anos recebendo o lixo gerado no Rio e em outras cidades da região. Com o fechamento, as 7 mil toneladas de rejeitos que o local recebia diariamente passaram a ser levadas para um aterro construído com essa finalidade na cidade de Seropédica, a cerca de 70 quilômetros do centro do Rio, que mal nasceu e já é o maior aterro sanitário do país em volume de lixo recebido: segundo o Ministério das Cidades, são 3 milhões de toneladas por ano.

Contudo, José Cláudio Alves, decano de extensão da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) – instituição localizada em Seropédica e que vinha acompanhando esse processo –, afirma que a implantação do novo aterro foi marcado por diversas irregularidades. Para começar, diz ele, leis do município tiveram que ser alteradas para permitir a instalação do aterro. Primeiro, era preciso permitir que lixo de outra cidade, no caso o Rio, fosse depositado ali; a segunda alteração pressupunha diminuir o tamanho de uma Área de Preservação Ambiental (APA) exatamente sobre o local destinado a receber o aterro. “O local é parte da Serra dos Órgãos, que é onde você tem a captação das águas para alimentação do aquífero Piranema”, diz José Cláudio. A terceira alteração na lei era a permissão de que uma empresa privada gerenciasse isso, e a quarta, a criação de uma área de saneamento ambiental, destinada à instalação do aterro e que, segundo ele, é do tamanho do campus da UFRRJ, em torno de 3,6 mil hectares. “Essas alterações foram propostas na Câmara dos Vereadores numa sexta-feira e aprovadas na segunda. Foram feitas e aceitas a toque de caixa. Isso garantiu que o empreendimento viesse a existir”, revela.

Segundo o decano de extensão da UFRRJ, a universidade procurou o Instituto Estadual do Ambiente (Inea), órgão ambiental responsável por conceder a licença ambiental do aterro sanitário, para denunciar os possíveis impactos da sua instalação sobre um aquífero. “Nós levamos laudos sobre a situação do aquífero, que é de solo sedimentar, arenoso –,

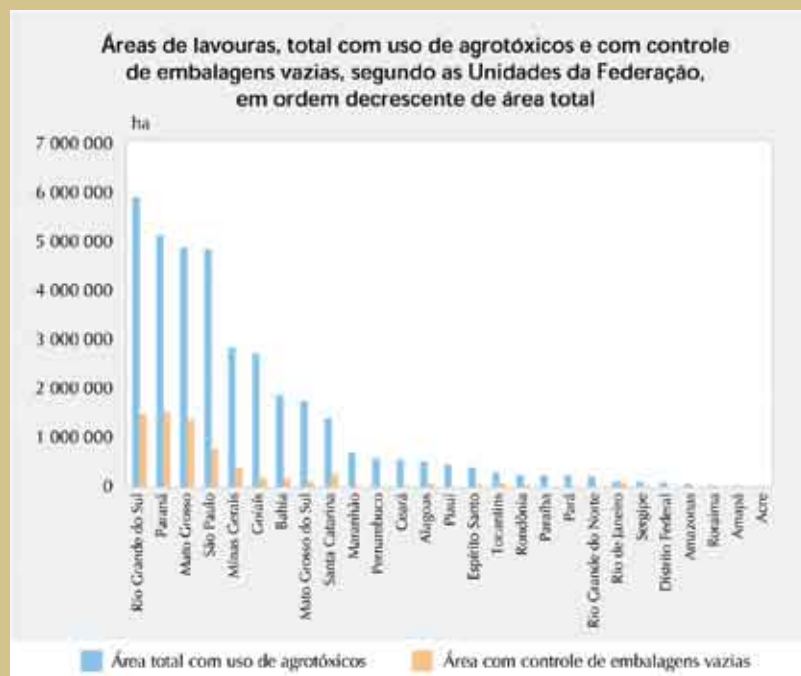
Agrotóxicos: o problema do descarte das embalagens

Se você vem acompanhando as últimas edições da Poli, deve estar cansado de saber que desde 2008 o Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo. Em 2011, foram pulverizados 853 milhões de litros de venenos nas lavouras do país, segundo dados do dossiê



Renato Azeite / ABR

Segundo o IBGE, metade das embalagens são descartadas de forma inadequada, e resíduos de agrotóxicos acabam poluindo o ambiente



da Associação Brasileira de Pós-graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) sobre o tema. Numa estimativa otimista, dividindo esse montante por 20 litros – tamanho de uma embalagem grande de agrotóxicos – chegamos a um total de mais de 40 milhões de embalagens, que precisariam ser reaproveitadas ou descartadas corretamente, uma vez que, como coloca o dossiê, “os resíduos presentes em embalagens de agrotóxicos e afins, quando abandonados no ambiente ou descartados em aterros e lixões, contaminam o solo e, sob a ação da chuva, são carregados para águas superficiais e subterrâneas”. Segundo o dossiê, com dados do Censo Agropecuário 2006 do IBGE, apenas metade destas embalagens são recolhidas adequadamente. Do restante, 25,3% são queimadas ou enterradas, sendo que em 14 dos 26 estados esse percentual passa dos 50%, chegando a 69,4% no Rio Grande do Norte. Além disso, 8,9% das embalagens vazias são simplesmente deixadas no campo e 3,5% vão para o lixo comum.

A questão do destino de resíduos e embalagens de agrotóxicos vem sendo enfocada do ponto de vista jurídico há pelo menos dez anos, principalmente através do decreto 4.074 de 2002. O dossiê, entretanto, aponta que as supostas soluções apresentadas como resposta pelo setor empresarial, representado especialmente pela Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), “deixou para as municipalidades a responsabilidade pela coleta das embalagens e para os trabalhadores rurais a tríplex lavagem dos equipamentos de aplicação de agrotóxicos bem como enviar as embalagens para serem recolhidas [...] Além do que as embalagens são lavadas em água de múltiplo uso podendo ser mais uma fonte de exposição humana aos venenos.”, critica.

O continente de lixo

A extensão do impacto do lixo sobre a Terra adquire contornos surreais quando nos deparamos com o chamado 'continente de lixo': trata-se de uma gigantesca massa flutuante de 100 milhões de toneladas de lixo localizada no norte do Oceano Pacífico que, segundo estimativas, ocupa uma área de até 15 milhões de km², quase o dobro do território brasileiro. Devido à ação de correntes marítimas, centenas de milhares de itens descartados no mar – como garrafas PET, brinquedos, pares de tênis, embalagens plásticas, etc. – se acumulam em uma região que, por conta do fenômeno, passou a ser chamada oficialmente de Grande Vórtice de Lixo do Pacífico.

Fonte: 'Lixo: cenários e desafios' – Mauricio Waldman

escavando meio metro já se encontra água. É um aquífero frágil, que pelos estudos da Rural, daria para abastecer 140 mil pessoas. Mas o Inea acatou o estudo de impacto ambiental da própria empresa que instalaria o aterro, que dizia que não havia corpos hídricos nesse local, o que não é verdade: eles inclusive aterraram pequenas nascentes e córregos que corriam nesse espaço do empreendimento”, argumenta.

Como se não bastasse, José Cláudio ainda aponta várias falhas de engenharia no empreendimento, que colocam em risco o equilíbrio do ecossistema da região. “Até hoje eles não têm o centro de tratamento de chorume. Transportam o chorume em tanques de Seropédica até Águas de Niterói. Eu e algumas pessoas fizemos um documentário: fomos até o aterro de Nova Iguaçu, que é da mesma empresa, coletamos água a 50 metros de distância do empreendimento e fizemos análise. A água já estava toda contaminada pelo lixo, com fósforo e amônia. A meu ver, o mesmo está acontecendo em Seropédica: não há nenhum controle sobre esse chorume, e o aquífero, a essa altura do campeonato, já deve estar bastante contaminado”, diz.

Para ele, o aterro de Seropédica é um caso emblemático de injustiça ambiental. “Eles tentaram fazer esse empreendimento em Paciência, na Zona Oeste do Rio, só que lá tem uma população eleitoral muito grande e houve um movimento bem forte com parlamentares. Quando eles viram que lá não iriam conseguir, escolheram Seropédica, onde a população eleitoral é muito pequena, muito mais pobre, com capacidade de mobilização inferior”, aponta. E conclui: “O Inea deveria cumprir o seu papel e não cumpre. Ele é um órgão absolutamente refém de interesses políticos”.

Dilemas

Como você pôde ver, os desafios que o lixo coloca são imensos, a começar porque sua geração não para de crescer no Brasil, tanto em termos absolutos quanto per capita, com a inserção econômica, via consumo, de grandes parcelas da população. Para ilustrar, bastam alguns dados presentes no livro 'Lixo: cenários e desafio e desafios', de Maurício Waldman: enquanto a população brasileira aumentou 15,6% entre 1991 e 2000, a produção de lixo domiciliar expandiu-se 49%. Isso porque estamos falando apenas do lixo domiciliar, que embora cause maior comoção do ponto de vista da opinião pública, representa apenas 2,43% do total do lixo mundial. Tanto que, de acordo com o autor, “prevê-se que a logística de descarte

dos rejeitos entrará em colapso em muitas nações, inclusive pela falta de espaço”. Mesmo em países como o Brasil, que possui áreas disponíveis, elas situam-se muito longe da fonte geradora, “pressupondo para alcançá-las uma remuneração proibitiva pelo frete dos resíduos”, diz ele.

Como aponta Waldman, tratar da questão do lixo sem questionar o consumo (e a consequente geração de lixo) como indicativo de desenvolvimento, é impossível. Você já reparou que produtos como eletrodomésticos, celulares, computadores e até veículos têm vida útil cada vez mais curta? Pois isso não é por acaso, e a razão tem um nome pomposo: a obsolescência, que se dá quando um produto já é fabricado de modo a se deteriorar rapidamente ou quando ganha uma repaginação, que pode ser, por exemplo, um novo *layout* ou novas funções. Waldman escreve que a obsolescência tem como função impulsionar os ciclos de reprodução do capital. “Quanto mais rápida for a substituição das mercadorias, tanto mais encorpado será o giro do dinheiro”, aponta. Em termos econômicos, continua, a obsolescência “promove a ampliação dos ganhos financeiros, visto que, precarizando a durabilidade das mercadorias, permite o rebaixamento do seu custo. Quanto antes e quanto mais os produtos se tornarem inúteis, tanto maiores serão os lucros, ainda que a contrapartida seja sobre-explorar os recursos naturais e, é claro, maximizar a geração de lixo”.

Como indaga outro trecho de seu livro: “O mundo tem assistido a uma sobre-exploração de recursos sem que nem mesmo as necessidades mínimas de parte significativa da humanidade estejam sendo atendidas. Ora, como então imaginar a ampliação deste modelo? Com certeza não existem recursos suficientes. Caso o padrão das sociedades afluentes fosse estendido para toda a população mundial, seriam necessários três planetas Terra para sustentar os humanos”. ●

LUIZ WERNECK VIANNA

'PT e PSDB são duas colorações da mesma socialdemocracia'

Cátia Guimarães

Os mais de 5 mil municípios brasileiros acabam de eleger seus prefeitos e vereadores. Daqui a dois anos, será a vez de governador, deputado e presidente. Em todos esses momentos, a história se repete, trazendo de volta ao debate o tema da reforma política. Sistema majoritário ou proporcional? Voto no candidato ou em lista fechada? Financiamento público ou privado de campanha? Por trás dessas e de outras questões, há diferentes concepções de democracia e dos caminhos para o seu aperfeiçoamento. O mandato é do candidato ou do partido? A governabilidade é mais importante do que a representatividade ou o contrário?

Nesta entrevista, o cientista político Luiz Werneck Vianna, professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), comenta algumas dessas alternativas e analisa o cenário político brasileiro, à luz dessas eleições municipais e da história recente do país. Nos boxes distribuídos ao longo do texto, explicamos o significado de alguns processos que caracterizam diferentes sistemas eleitorais.

Muitos defendem uma reforma política no Brasil, mas há também quem argumente que os problemas identificados não se devem ao sistema eleitoral e sim ao fato de o país ser uma democracia ainda jovem. Qual a sua avaliação sobre isso?

Que a democracia é muito jovem, não há dúvida. Que a prática deve sedimentar, ou espera-se que sedimente, um aperfeiçoamento das disputas e dos partidos, quanto a isso não creio que haja muito o que discutir. Mas o fato é que há desarranjos institucionais mais do que confirmados. Por exemplo, a **coalizão partidária nas eleições proporcionais**. Está claro que ela tem um elemento de negação da intenção do eleitor, que vota no candidato de um partido e elege um de outro partido, que nem sempre está alinhado com as posições dominantes naquela coalizão. Então, eu diria que o fim da coalizão nas eleições proporcionais é um ponto pacífico na observação dos estudiosos. Só isso já justifica se falar em reforma. Além do mais, o tema do financiamento, como esses escândalos sucessivos já demonstram, precisa de uma intervenção. **Financiamento público de campanha** é algo que, a meu ver, também deve fazer parte dessa agenda reformadora. Agora, por sua vez, o financiamento público depende de que sejam os partidos que recebam esse apoio. Hoje os partidos recebem dinheiro público pelo financiamento dos programas eleitorais – aquilo é dinheiro público – e pelo partidário. No entanto, na competição eleitoral, fecha-se essa porta: o financiamento se torna privado, o que cria uma iniquidade na medida em que os candidatos economicamente privilegiados – ou que



Virgínia Primo / PUC-RJ

atendem a interesses privilegiados – começam a campanha eleitoral em condições de supremacia em relação aos demais. Eu creio que isso conduz ao tema da votação em lista partidária, que também vejo como uma medida saneadora, democrática e republicana.

O sr. defende que o mandato é do partido e não do candidato, o que aponta para a necessidade do sistema de lista fechada ou flexível. Nas eleições municipais deste ano, o candidato à prefeitura do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, ganhou no primeiro turno, afirmando que não é um homem de partido. Essa mudança é coerente com a realidade da democracia brasileira?

Só uma observação de natureza geral: não há uma reforma política perfeita. As instituições não saem prontas da cabeça das pessoas; as instituições, especialmente quando estão voltadas para a duração, saem de consensos, de experiências. É da experiência e da larga deliberação que pode sair uma re-

COALIZÃO PARTIDÁRIA NAS ELEIÇÕES PROPORCIONAIS

Quando dois ou mais partidos formam uma coligação para eleições de deputados ou vereadores, o cálculo do quociente eleitoral é feito pelo total de votos da coligação e não de cada partido. Depois, a distribuição das vagas prioriza aqueles mais votados dentro da coligação, independentemente do partido. Isso significa que, ao votar no candidato de um partido que compõe uma coligação, o eleitor pode ajudar a eleger outros candidatos (os mais votados), inclusive de outros partidos, que compõem a mesma coligação. Outra crítica a esse mecanismo é que, por fazer parte de uma coligação que teve muitos votos (na soma total dos partidos), um candidato que recebeu menos votos individualmente pode ser eleito, deixando para trás um outro candidato que tenha recebido mais votos, mas, por pertencer a um partido sem coalizão, não conta com a votação ampla que em geral caracteriza as coligações.

forma política durável; não de uma reunião de cientistas políticos. É a experiência que nós temos acumulada condena algumas práticas vigentes. Um dos temas presentes nisso, já visto como prejuízo pela experiência vivida, é a da coalizão nas eleições proporcionais e o do financiamento das campanhas. A experiência deixou patente que há necessidade de regulamentação nisso. O mercado econômico, para que funcione bem, requer regulamentação estatal, legislativa; o mesmo ocorre no mercado político. A ideia de se deixar o mercado político a solta, livre de regulamentação, como sendo uma manifestação genuína da democracia, é errônea. Significa o mesmo que o *laissez-faire* em economia. Esse *laissez-faire* político tem diferentes formas venenosas de afirmação. E uma delas é essa: os candidatos aparecem como personalidades soltas, livres, sem adesão a programa. Há referência a medidas tóxicas, no que se refere a temas

como segurança, saúde, habitação. Agora, qual a concepção de política, isso não aparece. A sociedade americana está agora discutindo primeiro como ela se formou, qual a natureza da crise hoje e para onde quer ir, a partir de uma indagação que é profunda em termos programáticos. E na França igualmente, as últimas eleições também transcorreram assim. Esse *laissez-fairianismo* político entrega tudo ao marketing, ao candidato, os programas são anódinos, servem para qualquer um, o que faz com que a sociedade na verdade confirme os seus traços mais recessivos, isto é, sua vinculação com identidades pessoais.

Mas o cenário atual brasileiro, que o sr. acabou de descrever, comporta uma mudança tão radical quanto a votação em lista, que privilegia partido e não mais esse candidato individualizado, como é hoje?

Olha, o partido hegemônico, a coalizão governamental, por exemplo, é a favor. E outros partidos, como o PPS, também são favoráveis. O fato é que está faltando coragem a esses partidos e às suas lideranças de cortar esse nó górdio e ir em frente. Não adianta mais ficar no diagnóstico sem que se passe para a medicação.

Alguns analistas tentam ler as eleições municipais deste ano como uma prévia das eleições para presidente e governador, em geral com uma abordagem partidária. Mas se identificamos um peso menor do partido na escolha do eleitor, essas análises fazem sentido?

Eu acho ingênuo não associar a sucessão nacional às municipais. É evidente que elas têm peso. E não à toa os políticos mais relevantes estão se esforçando tanto para ganhar posições estratégicas nas capitais, nas cidades mais importantes. Em qualquer lugar, o controle do poder local é decisivo. Agora, isso não quer dizer que o destino já está lançado a partir das eleições municipais. Certamente que não, inclusive porque os partidos pesam pouco, há a influência das personalidades e de variáveis irracionais que pesam na política brasileira. Agora, numa sociedade como a nossa, que está em pleno processo de racionalização – da burocracia, da economia –, pensar que vamos continuar no mesmo clima irracional em matéria das instituições políticas me parece um contrassenso. O clima geral que a sociedade vive hoje é o de racionalização. É só ver o estilo e a forma de liderança da presidente da república, Dilma Roussef, que valoriza muito mais os elementos de cálculo do que os de carisma, que são elementos irracionais. Essa passagem do estilo carismático de

FINANCIAMENTO PÚBLICO DE CAMPANHA

Embora pouca gente saiba, as campanhas eleitorais no Brasil já contam com dois mecanismos de financiamento público. Um é o fundo partidário, que, dentre outras fontes, conta com recursos depositados pela União. O outro é o horário eleitoral gratuito que, apesar do nome, é pago pelo contribuinte por meio de isenção fiscal: as emissoras de rádio e TV descontam do imposto de renda 80% do valor que a empresa cobraria pela propaganda no horário de veiculação dos programas políticos. Mas o sistema atual permite também que pessoas físicas e empresas privadas contribuam para as campanhas. E esse modelo tem recebido várias críticas: primeiro, porque permite supor que as empresas, quando financiam um candidato, estão apostando que, após a eleição, terão atendidos interesses particulares; segundo, porque os candidatos que recebem mais recursos privados realizam a campanha em condições muito privilegiadas em relação àqueles que não têm esse tipo de financiamento; e, por fim, porque abre espaço para a existência de caixa dois nas campanhas. A solução defendida por muitos especialistas para esses problemas é o financiamento público exclusivo de campanha.

LISTA FECHADA, FLEXÍVEL OU ABERTA

O voto em lista diz respeito às eleições proporcionais que, no Brasil, valem para deputados e vereadores. No sistema de lista fechada, o eleitor vota apenas no partido e não no candidato. É cada partido que estabelece previamente a ordem dos candidatos para os quais os votos serão destinados. O argumento favorável a esse mecanismo é o de fortalecer os partidos e o voto baseado em programas partidários, além de dificultar o clientelismo. A lista aberta é o sistema que existe hoje no Brasil, no qual o eleitor pode votar tanto no candidato quanto no partido (neste caso, através do voto de legenda, mas sem uma relação preordenada dos candidatos, como acontece na lista fechada). Já a lista flexível faz uma mescla entre o voto no partido (a partir da lista previamente organizada), que é obrigatório, e um segundo voto no candidato, que é opcional.

um Lula para um estilo racionalizador de Dilma não é ocasional, tem a ver com esse processo de mudança de uma sociedade que está procurando encontrar formas de racionalização.

A presidente Dilma tem sido identificada com um perfil mais gestor do que político. Essa racionalização de que o sr. fala é sinônimo de despolitização?

Não, de forma nenhuma. Pode ser no limite, numa modalidade burocrática, mas não precisa ser. Pense numa empresa de sucesso mundial. Nela há política, lideranças carismáticas e uma enorme racionalização. Nada do que está numa empresa vitoriosa é resultado de manifestações apenas criativas. A criatividade existe, mas ela só se afirma porque encontra um caminho de realização por uma gestão racionalizadora, através de uma burocracia de empresa. Eu penso que a ex-

periência que nós vivemos hoje, inclusive com essas novas formas de controle da administração, com lei de responsabilidade fiscal, tribunais de controle de contas municipais, estaduais e nacional, tudo isso leva a uma crescente racionalização. Tudo isso faz com que o administrador, o político tenha que se haver com regras, regulamentos, leis que constroem a sua ação. Isso leva à racionalização. Não é só vontade política, não é só o cálculo bem feito, mágico. Essas coisas existem, fazem parte, mas no contexto de uma sociedade capitalista já relativamente bem ordenada como a nossa, o tema da racionalização é invencível.

O Brasil tem muitos partidos, mas poucos com expressão eleitoral. O multipartidarismo, no entanto, é normalmente apontado como mais favorável à democracia. Como o sr. analisa o caso brasileiro?

Aí eu volto ao tema geral do *laissez-faire* político. Nada contra o multipartidarismo, nada contra o bipartidarismo. A sociedade americana é bipartidária, a sociedade inglesa também na hora das eleições efetivas, quando se vai definir quem vai governar. E tem uma coloração imensa de outros partidos, que não têm acesso à representação em alguns casos. Está bem, nós somos multipartidários, essa experiência está consolidada, tem que ser preservada, mas não deve existir sem regulamentação. Um partido nanico, recém-criado, não pode ter acesso ao horário gratuito da televisão, aos recursos públicos que são despendidos à larga. Isso gera a opção política que acabamos de ver: os partidos nancos vendendo seu tempo de televisão, vendendo seu apoio em troca de benefícios de qualquer natureza. A prática já nos ensinou que esse é um caminho a ser recusado. Quer dizer que temos que recusar o multipartidarismo? Não. Parece que faz parte da nossa natureza, de uma sociedade tão regionalmente e socialmente desigual. Agora, precisa regulamentar, precisa de lei.

Apesar de o Brasil ser multipartidário, analistas apontam uma polarização entre PT e PSDB. Esse é o cenário da disputa nacional, mas não se repete nas eleições municipais. Como o sr. analisa isso?

Os partidos mais fortes nacionalmente tendem a trazer para o seu campo gravitacional os partidos médios e pequenos. Isso é perfeitamente adequado, legítimo, justificado. Agora, tem havido sim nas últimas eleições uma tendência a reforçar dois partidos acima dos demais. Mas essa tendência conhece contradições: a afirmação do PSB, por exemplo, está aí. O PSB já está credenciado a se fazer presente nas eleições nacionais, não sei se em 2014 ou em 2018, mas o fato é que já está em curso seu aparecimento na política nacional.

Algumas das principais análises sobre as eleições municipais apontam o enfraquecimento do PT, que teria apresentado um desempenho eleitoral ruim, sobretudo nas capitais. O sr. concorda?

Mas ele deve permanecer como um partido forte, um partido com grande presença na cena política brasileira. Não creio que essas eleições municipais estejam decretando o fim da capacidade de persuasão desse partido quanto à conquista de votos. Agora, o fato é que ele não está sozinho, nem está diante de uma única alternativa. Bipolarização eu acho que é fora do foco. Além do mais, porque é muito difícil dissociar, em laboratório, as políticas do PT e do PSDB. São duas colorações da mesma socialdemocracia. São duas faces da mesma identidade política. Aliás, ambas nascidas em São Paulo, em momentos muito convergentes. De modo que não há uma destinação de classe explícita: o PT é o partido dos trabalhadores, dos operários, dos camponeses, e o PSDB é o partido dos capitalistas, empresários, dos economicamente privilegiados. Isso não é verdade.

Apesar dessa identidade, na cena nacional, o PT costuma ser associado como mais à esquerda e o PSDB mais à direita. Na democracia brasileira não há mais espaço para a direita que um partido como o DEM, por exemplo, representa?

A direita existe, ela está aí. E o DEM não vai acabar assim. Pode mudar de nome, mas o que ele representa continua. O agronegócio é o quê? É o negócio mais burguês que existe nesse país. Ele está associado com quem, com o PT ou com o PSDB?

Costuma-se associar o sistema majoritário a uma maior governabilidade e o sistema proporcional a uma maior representatividade. Como isso tem se dado na experiência brasileira?

O que tem mandado aqui sempre é a governabilidade. E o preço que pagamos é o da liberdade, da liberdade pública, das liberdades civis. O que ganha é o 'decisionismo', a vontade do poder discricionário, da administração; é o governo, que faz chover, trovejar, relampejar, recria o mundo. O mundo da representação fica inerte, vendo para onde as forças que suportam a tal da governabilidade nos levam. O presidencialismo por coalizão é isso aí: um sistema voltado para a governabilidade e para a ação discricionária da administração.

Apesar de ter o sistema que garantiria mais governabilidade ao Executivo, vemos, nas eleições municipais, alianças entre partidos sem identidade com vistas a ampliar a base governista. E há ainda denúncias de estratégias ilegais de governabilidade, como a do dito 'mensalão'. O que tem dado errado no sistema brasileiro?

Isso é o que faz a governabilidade, que é conquistada a qualquer preço. A sociedade é muito curral, os interesses são muito desiguais. E o Executivo aqui tem a vocação de querer levar tudo, decidir tudo. Decido que vou fazer a mudança

da capital em cinco anos e faço. Com a oposição do legislativo. O Juscelino fez, 'bypassando' o poder legislativo através dos grupos do Executivo. Essa capacidade discricionária é que, a meu ver, está chegando a seu limite. A sociedade está exausta disso. Não há mais um Juscelino que chegue aqui e diga que agora vai rasgar essa estrada daqui para acolá... Não, vai ter que obedecer a regras ambientais.

O sr. diz que a sociedade está exausta disso, mas a nossa política recente gerou, por exemplo, o lulismo, colocando a figura do presidente como muito central tanto durante o governo quanto depois. Como esses fatores se combinam?

A sociedade francesa, com De Gaulle, viveu um fenômeno semelhante. Não obstante, a sociedade francesa continua se racionalizando cada vez mais. Eu acho que o fenômeno do lulismo existe, deve ser considerado no cálculo eleitoral, mas não tem mais o condão de organizar o campo da política como teve, num determinado momento, o getulismo aqui no Brasil. É apenas uma presença no campo da política, mas não uma presença vertebradora. Eu diria mais: até no interior do próprio PT.

As recentes eleições municipais, olhando-se sobretudo para as capitais, trouxeram claramente algum embate entre direita e esquerda?

Essa é uma pergunta difícil. Olhando no microscópio, sim. Mas aí, no microscópio, o mundo é outro. Aparentemente todos correram para o centro. E correram para que temas? Políticas públicas. E de que perspectiva? Racionalizadora. Todos correram para o caminho da racionalização e não do carisma, não de manifestações irracionais. Trata-se de como administrar o hospital, a escola, como conceber o tema da mobilidade urbana. E de que ótica, de que perspectiva eles estão falando? Da racionalização. Esse é o tema do centro. Agora, no microscópio, você vai apurar que há tendências à esquerda e à direita. Mas deixa o microscópio para uma pesquisa. Do ponto de vista de uma entrevista, uma manifestação pública imediata, eu diria que todos correram para o centro, para o tema das políticas públicas e da racionalização delas. ●

SISTEMA MAJORITÁRIO E SISTEMA PROPORCIONAL

O sistema majoritário é aquele em que prevalece o número de votos válidos que cada candidato recebeu. Pode se dar como maioria simples ou absoluta – neste último caso, é necessário um segundo turno. No Brasil, é aplicado nas eleições para presidente, governador, prefeito e senador. Já no sistema proporcional, que no Brasil vale para deputados e vereadores (na modalidade de lista aberta), estabelece-se um mínimo de votos necessário para se eleger um candidato, chamado de quociente eleitoral. O cálculo desse quociente é assim: dividem-se todos os votos válidos (nominais e de legenda) pelo número de vagas a serem preenchidas para aquele cargo (deputado em cada estado, deputado federal no país ou vereador em cada município). Todos os partidos que atingirem o quociente eleitoral terão direito a vaga. A quantidade é distribuída por meio de outra conta, a do quociente partidário, resultado do número de votos que cada partido recebeu dividido pelo quociente eleitoral. Por exemplo: se o quociente eleitoral daquele cargo foi 10 mil e um partido recebeu 35 mil votos, ele terá direito a três cadeiras (arredonda-se o resultado para menos). O sistema proporcional tem ainda a modalidade de voto único transferível, que também funciona com o cálculo de uma quota mínima de votos, mas com foco no candidato e não no partido. Nesse caso, o eleitor, ao votar, estabelece uma lista de candidatos, em ordem de prioridade, independentemente do partido de cada um. Os votos excedentes e aqueles depositados em candidatos que não atingiram o mínimo para serem eleitos são transferidos para os candidatos posicionados logo na sequência na lista do conjunto dos eleitores.

Greve no serviço público: regulamentar ou proibir?

Projetos que tramitam no Congresso põem em debate o direito de greve dos servidores públicos. Pesquisadores apontam que, historicamente, a regulamentação tem sido uma tentativa de restringir o direito

Cátia Guimarães



Servidores fazem manifestação no Rio de Janeiro

Fernando Taylor / Astoc-Fiocruz

Talvez você não tenha percebido, mas esta revista tem uma periodicidade diferente: abarca quatro meses e não apenas dois, como é de costume. Isso porque quando a edição anterior deveria estar sendo preparada, os trabalhadores da Fiocruz, junto com mais de 30 outras categorias, participavam de uma das maiores greves da história recente do serviço público federal. Os trabalhadores que paralisaram por mais tempo foram os professores universitários que chegaram a ficar quatro meses em greve.

Para alguns, essa greve foi comemorada como uma importante demonstração de força e capacidade de articulação dos trabalhadores. Para outros, foi condenada como uma irresponsabilidade com a população usuária dos serviços públicos. Já o governo federal, que é o ‘patrão’ da história, resolveu ir além da crítica e mobilizou esforços para regulamentar o direito de greve dos servidores públicos de uma forma que os sindicatos têm considerado restritiva e pouco democrática. Esse direito foi garantido pelo artigo 37 da Constituição Federal que, no entanto, precisa ser regulamentado por lei específica. Na ausência dessa regulamentação, desde 2007 o Supremo Tribunal Federal (STF) tem utilizado a lei 7783/1989, que trata da greve no setor privado, como parâmetro para a situação do funcionalismo público.

Batalha no congresso

Logo após essa recente greve, a primeira tentativa do governo federal foi aproveitar o Projeto de Lei do Senado (PLS) 710/2011, de autoria do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), que “disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos”. O projeto foi analisado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde recebeu parecer favorável do senador Pedro Taques (PDT-MT). De lá, seguiria direto para a Câmara dos Deputados. Mas esse processo, que garantiria uma rápida tramitação, foi interrompido pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que requereu que o PLS fosse analisado também pela Comissão de Direitos Humanos – da qual ele é presidente – e pela Comissão de Assuntos Sociais. “Se eu não fizesse isso, esse projeto não iria nem a debate no Senado. O meu projeto está aí há 20 anos e não se quis votar. Agora, tira-se um projeto da cartola e querem votar em uma única comissão e mandar para a Câmara?”, questiona o senador. Paim é autor do Projeto de Lei do Senado (PLS) 83/2007 que tem o mesmo teor

do projeto que ele apresentou na Câmara em 1988. “Eu fiz aquele projeto na época porque já temia que os setores conservadores pudessem tentar proibir o direito a greve”, explica.

Segundo Paim, o governo desistiu desse caminho e deve enviar ao Congresso um novo projeto, elaborado pelo Executivo. “Se vier, eu vou pedir para apensar o meu, que é mais antigo. Vamos fazer audiências públicas e ouvir a sociedade. Não dá para querer votar uma matéria delicada como essa do dia para a noite”, avisa.

Regulamentar ou proibir?

Uma das maiores polêmicas do projeto 710/2011 é o artigo que estabelece percentuais mínimos de servidores que devem permanecer trabalhando durante a greve. De acordo com a proposta, nas atividades consideradas essenciais, 60% dos servidores ficam impedidos de paralisar as atividades; no caso dos serviços relacionados à segurança pública, esse número sobe para 80% e, mesmo nas áreas consideradas não essenciais, 50% dos funcionários precisam continuar trabalhando. “Isso não é greve. Significa que 80% vão trabalhar e os outros 20% vão ficar sem direito a nada”, avalia Paim. O projeto do senador petista delega aos próprios trabalhadores a organização de escalas que deem conta dos serviços considerados essenciais.

A definição do que deve ser considerado atividade essencial é outro ponto nada pacífico nessa discussão. O projeto de Aloysio Nunes elenca 21 áreas essenciais. O de Paim identifica apenas as urgências médicas, necessárias à manutenção da vida. Mas mesmo essa definição mais ampla não é consenso entre as centrais sindicais. A CSP-Conlutas, composta em sua maioria por entidades representativas do funcionalismo público, por exemplo, defende que a lei não deve citar nenhum serviço essencial. “O que era essencial 20 anos atrás não é mais hoje. E certamente daqui a 20 ou 30 anos serão necessárias outras adaptações. Por isso, achamos que a essencialidade deve ser definida na mesa de negociação. Numa greve, devem funcionar as áreas que, de comum acordo, governo e servidores entendam como essenciais naquele momento”, explica Paulo Barela, da Secretaria Executiva da CSP-Conlutas. E exemplifica: “Nunca se deixou de atender um cidadão que precisava de hospital de emergência porque se estava em greve; nunca se deixou de liberar uma carga perecível que serviria ao abastecimento da população no porto por causa de greve”.

Essa central sindical defende que nem era preciso uma nova lei para regulamentar o direito de greve dos servidores públicos, entendendo que a Constituição Federal daria conta, desde que se combinem o artigo 9 e parte do artigo 37. O artigo 9 assegura o direito de greve em geral e estabelece que compete “aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender”. Já o artigo 37 diz, no inciso VI, que “é garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical”. Mas o entendimento geral de que é preciso regulamentar se dá pelo inciso VII, que diz que “o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica”. “Para nós, a regulamentação está na própria Carta Magna. Até porque, em geral, a lei ordinária é contaminada por aspectos conjunturais. Se uma lei de greve for votada agora, certamente vai estar contaminada por essa greve poderosa que fizemos. E isso subordina a liberdade de associação aos interesses políticos”, opina Barela. Marcelo Badaró, professor da Universidade Federal Fluminense (UFF), que estuda sindicalismo, também ressalta os riscos dessa regulamentação. “A greve é um direito constitucional. A sua ‘regulamentação’ é a previsão de sua limitação. Todos os exemplos de ‘regulamentações’ do direito de greve que conhecemos no país sempre tentaram cercear ao máximo o exercício do direito”, explica. Mas completa: “Porém, as lutas da classe trabalhadora muitas vezes derrubaram na prática esses dispositivos legais. Pela lei, a greve dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo em 1978 e todas as milhares de greves que se seguiram naqueles

anos derradeiros da ditadura nunca teriam existido”. Embora defenda que é necessário algum tipo de regulação, para que não se perca o critério de “interesse público”, Roberto Vêras, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), concorda com a análise: “A tentativa de ‘disciplinar’ o direito de greve não é nova no Brasil. As classes dominantes, seja na condição de empregadores, seja na condição de representantes do Estado, não cessam de tentar controlar, impedir, desmobilizar, cooptar, ignorar as lutas dos trabalhadores, incluindo os servidores. Os contextos mudam e as estratégias também”.

Mas o fato é que, no contexto atual, o entendimento jurídico é de que a regulamentação do artigo da Constituição é necessária. E, por isso, há dezenas de projetos tramitando no congresso sobre esse tema. Embora, no Senado, o projeto de Paulo Paim seja o que hoje faz mais frente ao de Aloysio Nunes – que as centrais sindicais consideram muito restritivo –, Barela aponta o PL 4532/2012, da Câmara, de autoria do deputado Policarpo (PT-DF), como o mais avançado. De fato, o texto é menos específico no que diz respeito à essencialidade: garante que durante a greve devem ser atendidas as “necessidades inadiáveis da sociedade”, mas não as nomeia. Além disso, diz que o exercício da greve deve ser autorregulado pelas entidades sindicais.

O direito de greve, no entanto, é apenas uma parte do PL, que trata, de forma mais ampla, da negociação coletiva para os servidores públicos. Com isso, tenta suprir também a ausência de definição sobre a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da “proteção do direito de organização” e dos “processos de fixação das condições de trabalho na função pública”. O Brasil é signatário desse documento desde 1978, mas ainda não o regulamentou.

Conflito de direitos?

A definição do que é atividade essencial remete ao principal argumento contrário à greve do funcionalismo público, aquele segundo o qual o direito de greve estaria em conflito com o direito da população aos serviços, principalmente aqueles considerados 'sociais', como saúde e educação. "Existem características peculiares do trabalho no âmbito do serviço público que tornam o disciplinamento do exercício do direito de greve uma tarefa delicada. Em primeiro lugar, porque existe o princípio administrativo de base constitucional da continuidade dos serviços públicos", justificou Aloysio Nunes em discurso ao Senado.

Renato Lessa, professor da UFF, que se manifestou publicamente de forma crítica à recente greve nas universidades, é um dos que identificam esse conflito. "Embora a greve seja uma coisa a que os trabalhadores de um modo geral podem recorrer, essa cultura de greve é, do meu ponto de vista, nociva, porque interrompe o serviço público, deixa centenas de milhares de estudantes meses sem alternativa para suas rotinas. E isso é uma contradição, porque um fundamento do movimento sindical dos docentes é que a universidade pública, gratuita e de qualidade é um direito dos brasileiros. Mas uma greve como essa interrompe o usufruto desse direito", analisa.

Para Marcelo Badaró, esse argumento é "falacioso". "As greves no serviço público sempre defenderam a melhoria das condições salariais e de trabalho como parte da melhoria do serviço público em si. Por exemplo, quando os profissionais de saúde paralisam um hospital para exigir salários dignos e condições de trabalho, estão defendendo o usuário da saúde pública, que morre por falta de hospitais, leitos, médicos, remédios, etc.", diz.

Roberto Vêras reconhece que "o enfrentamento dessa situação não é simples". "Há tanto uma tensão constitutiva na condição do sindicalismo do serviço público quanto uma exploração de tal potencial por parte da mídia e gover-

nos. Assim como também há inabilidades das vanguardas sindicais que concorrem para acirrar o problema. Da parte do sindicalismo, é preciso saber se utilizar de formas de lutas diversas, evitando a greve até onde for possível", opina.

Já Paulo Paim não identifica esse conflito de interesses como especificidade do setor público. "Se esse princípio for verdadeiro, como vamos ter greve no setor de alimentação? Vamos proibi-lo também, porque fere o direito dos outros. Se estou produzindo uma máquina importante numa metalúrgica, eu feri o direito de outro porque aquela máquina não vai chegar", exemplifica, e completa: "A greve é um instrumento extremo que o trabalhador sabe que usará sofrendo as consequências de ter um resultado positivo ou negativo e de ter que enfrentar um debate com a opinião pública. Isso faz parte do jogo democrático".

E essa 'conta' que os servidores públicos em greve precisam acertar com a sociedade é sempre considerada pelos governos, na avaliação de Paulo Barela. "O governo, em geral, deixa a greve rolar 20, 30 dias para começar a negociar. Isso é uma tática para desgastar o movimento junto à população", diz. Por tudo isso, Roberto Vêras acredita na necessidade de aperfeiçoar o diálogo com diversos setores. "É preciso saber explorar melhor as possibilidades de comunicação que as novas mídias oferecem, para estabelecer pontos tanto junto às bases sindicais como junto à população", avalia.

Pertinência e eficácia

Renato Lessa, que acha que "a população odeia os servidores públicos quando eles fazem greve", também destaca a importância da comunicação, mas como um caminho anterior e substitutivo à greve: "A alternativa é um trabalho de convencimento da sociedade, da imprensa, dos órgãos de opinião pública sobre a importância da universidade para o país, para a pesquisa científica, para a inovação". Não é por acaso que o professor trata especificamente da universidade: além de ser seu local de inserção e experiência, ele acredita que trabalhos diferentes, mais voltados para habilidade manual ou intelectual, por exemplo, requerem estratégias de reivindicação distintas. "O movimento sindical, desde os anos 1980, vem construindo uma identidade alternativa dos professores universitários como trabalhadores, sem levar em conta essa dimensão simbólica e estratégica fundamental, que talvez fosse um capital importante a explorar numa eventual reivindicação. Mas hoje o discurso sindical é um discurso obreísta, de chão de fábrica", analisa.

Fazendo um panorama histórico, Roberto Vêras conta que a greve como instrumento de reivindicação surgiu com a "afirmação" do capitalismo industrial. Mas, ao longo do século XX, assistiu-se também à expansão do setor de serviços e à "ampliação das funções do Estado", que incorporou "amplos contingentes de assalariados". "Assim, a greve passou de uma forma de luta originariamente operária para um recurso de segmentos de assalariados, manuais e intelectuais, qualificados e não qualificados, do campo e da cidade, do setor privado ou público", explica.

Público e privado, corporativo e político

No discurso em que apresentou o PL 710/2011 ao Senado, Aloysio Nunes argumentou: "A greve é uma forma de o trabalhador pressionar o patrão, fazendo com que, cessando o trabalho, cesse a produção e, portanto, cesse a geração de lucro. Ora, diferentemente, no caso do serviço público, o patrão é o governo, mas quem paga a conta e quem sofre as consequências da interrupção da prestação de serviço é o público em geral, o contribuinte que, muitas vezes, não tem rigorosamente nada a ver com o conflito instaurado". Exemplificando com o caso da universidade, Marcelo Badaró discorda inteiramente dessa linha de argumentação. "A greve no serviço público não pode ser confundida com a lógica da greve no

setor privado, que visa gerar prejuízo e pressionar os patrões. Na universidade, as greves são muito mais importantes por potencializarem o debate e mobilizarem setores expressivos dos trabalhadores e estudantes que nelas atuam, como ainda por esclarecerem parcelas da sociedade para o embate entre projetos governamentais e o sentido público que as instituições devem preservar para que a educação superior possa vir a ser um direito de todos”, analisa.

Na raiz desse debate está uma compreensão dos objetivos das greves e do movimento sindical, especialmente no setor público. Véras, por exemplo, identifica que as “vanguardas sindicais” ligadas ao funcionalismo, em geral, assumem um discurso mais radical do que os sindicatos do setor privado. Nessa ‘radicalidade’ estaria contido um objetivo que costuma ir além das pautas corporativas.

Essa é exatamente uma das características da atuação do movimento sindical universitário na recente greve do funcionalismo público que Renato Lessa critica. “Se a perspectiva for construir uma unidade dos trabalhadores contra o capitalismo, para construir o socialismo, o sindicato tem razão. Mas não é assim que eu penso o papel da universidade. Então, o sindicato tem que assumir publicamente que está politizando e que tem finalidades que vão além da universidade. É legítimo que questões como o mau funcionamento de laboratórios, carência de bibliotecas e defasagem salarial sejam tratadas por um discurso amplo, de características revolucionárias?”, questiona. E completa: “A política é feita pelos partidos, pela sociedade civil. Greve é greve”.

Véras explica que essa tensão entre “interesses imediatos” e “objetivos gerais”, “corporativos” ou “de classe”, “pragmáticos” ou “ideológicos” se resolve de forma diferente de acordo com o contexto. “Uma oscilação mais para um lado ou para o outro depende do momento, da tradição sindical, das correntes à frente da situação, do ânimo e disposição dos trabalhadores, entre outros fatores”, explica,

e traça um panorama do caso brasileiro: aqui, diz ele, tivemos lutas sindicais mais políticas nos anos 1970 e 1980, no contexto da ditadura militar, maior pragmatismo na década de 1990 e ambiguidade no governo Lula, nos anos 2000. “Já no governo Dilma, a luta sindical parece estar ganhando novo fôlego”, aposta. ●

Greve dos servidores em 2012

“O saldo positivo das recentes greves de servidores decorre, principalmente, da retomada de uma capacidade de mobilização ampliada (ainda que não suficientemente unificada), justamente em um momento em que o governo brasileiro ameaça avançar com as medidas de ‘austeridade’, na linha adotada pelos governos europeus, como resposta aos desdobramentos da crise capitalista em suas manifestações mais agudas a partir de 2008”. O balanço é de Marcelo Badaró. De fato, assistiu-se, durante a greve, a declarações de integrantes do governo Dilma de que a prioridade não era investir no funcionalismo, mas sim nos trabalhadores do setor privado, que não têm estabilidade. “Isso é só discurso. Exatamente naquele momento, a General Motors, que recebeu milhões do governo para investir durante a crise de 2008 e mais ainda agora com a política de renúncia fiscal que reduziu o IPI [imposto sobre produtos industrializados], anunciava a demissão de 2 mil trabalhadores. E já tinham demitido de 2011 até meados de 2012 2,4 mil trabalhadores. Essa demissão só não ocorreu porque o sindicato dos metalúrgicos de São José dos Campos construiu a mobilização numa campanha nacional, denunciando a incoerência”, analisa Paulo Barela, da CSP-Conlutas.

De qualquer forma, a maior unidade do movimento sindical, que fez com que cerca de 350 mil servidores públicos entrassem em greve em diversos momentos ao longo de quatro meses deste ano, remete, segundo Barela, a 2010, quando, depois de um período de “hibernação” muito grande, várias centrais sindicais chegaram a uma conclusão: “Independentemente da avaliação sobre o governo, era preciso fazer luta”, conta. De acordo com o sindicalista, no primeiro semestre de 2012 as organizações que compunham o Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais tiveram várias reuniões com o governo federal, para tratar das reivindicações mais gerais. “Como elas resultaram em nada, o Fórum chamou uma plenária que reuniu 1500 pessoas e decidiu entrar em greve a partir de 11 de junho”, explica. A Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior), que representa as universidades, paralisou as atividades antes, em maio. A partir daí, o movimento se deu em cascata. “O governo disse desde o início que não negociaria com grevistas, mas foi obrigado a negociar. Mas como havia reivindicações específicas, e o governo sabia disso, ele acabou fazendo a negociação setorial”.

Na avaliação de Barela, houve também ganhos econômicos. “Nossa perspectiva era a do Projeto de Lei Complementar 549/2010, que tramita no Congresso estabelecendo o ‘congelamento salarial’ dos servidores por dez anos. Na melhor das hipóteses, teríamos o mesmo que o governo concedeu este ano, a partir da discussão do ano passado, que foi R\$ 1,5 bilhão, que significa 0,87% na folha de pagamento. O resultado que conseguimos arrancar com a greve é uma média de R\$ 12 bilhões anuais, oito vezes mais”, calcula.

Código Florestal e a corrida pela terra

Para ambientalistas, flexibilização do Código foi primeira etapa de um processo de desmonte da legislação ambiental brasileira, que deve mobilizar ruralistas pelos próximos 20 anos

André Antunes



Gustavo Lima / Agência Câmara

Votação na Câmara da MP 571/12, editada para preencher as lacunas deixadas no texto do Código Florestal pelos vetos de Dilma

A novela da votação do Código Florestal, pelo menos por enquanto, chegou ao fim. Por mais simplista que pareça, a analogia não é gratuita: assim como os folhetins televisivos, o processo de elaboração do novo Código foi repleto de idas e vindas, polêmicas e momentos dramáticos, mobilizando setores consideráveis da população. O ‘capítulo’ mais recente teve como protagonista a presidente Dilma Rousseff, que no dia 17 de outubro anunciou a decisão de vetar nove itens do Projeto de Lei de Conversão 21/2012, que nasceu das alterações feitas pela comissão mista do Congresso Nacional encarregada de analisar a medida provisória 571/12. Esta, por sua vez, foi emitida em maio pelo Executivo para ‘tapar os buracos’ deixados pelos 12 vetos iniciais de Dilma ao texto da lei do novo Código Florestal que havia sido aprovada pelo Legislativo um mês antes.

Logo após o anúncio dos vetos, o Executivo emitiu um decreto transformando em lei grande parte das alterações anteriormente propostas pela presidente ao texto do novo Código. E ao que tudo indica, essa história ainda vai dar pano pra manga: em nota à imprensa divulgada após os vetos, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) – representante da bancada ruralista – chamou a atitude da presidente de “desrespeito” e afirmou que a FPA estuda a “possibilidade de recorrer a instrumentos outros pela valorização do Poder Legislativo”. À Agência Brasil, o deputado Ronaldo Caiado, vice-líder do DEM na Câmara, afirmou que pretende entrar com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) questionando o decreto.

Resumo da ópera: o Brasil tem hoje um novo Código Florestal que desagradou a ambientalistas, movimentos sociais e setores da academia, mesmo com os novos vetos de Dilma ao texto da lei, que para muitos não fizeram mais do que evitar que uma lei já bastante problemática ficasse ainda pior. Se você vem acompanhando a cobertura da revista Poli e do site da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) sobre o processo de elaboração do novo Código, sabe os motivos dessa insatisfação (veja box ao final desta reportagem). Por isso, o foco desta matéria não será discutir os pormenores da queda de braço entre Legislativo e Executivo que permeou boa parte do processo de elaboração e votação do Código Florestal agora em vigor. Daremos ênfase ao que pode estar por trás desse esforço que culminou com a flexibilização da principal lei florestal brasileira e ao que está por vir nos próximos anos, uma vez que, para ambientalistas ouvidos pela Poli, a flexibilização do Código Florestal foi apenas o primeiro passo de um processo com implicações mais profun-

das, inclusive para a saúde pública: o desmonte da legislação ambiental brasileira, vista por setores ligados ao agronegócio, à indústria e à construção civil como entrave ao desenvolvimento.

Anistia

É essa a análise de Sérgio Leitão, diretor de políticas públicas do *Greenpeace*, que explica que o Código Florestal anterior, de 1965, nunca foi implementado efetivamente, permitindo, por exemplo, que grandes áreas de vegetação fossem desmatadas ilegalmente ao longo do tempo. Segundo ele, com a emergência da questão ambiental no Brasil, a partir dos anos 1980 e principalmente a partir da Rio 92, quando a discussão sobre mudanças climáticas ganhou força, a sociedade passou a demandar do Estado que aplicasse a lei. “Quando isso acontece, o setor do agronegócio começa a se incomodar e passa a fazer o que todo setor forte economicamente no Brasil faz quando recebe uma cobrança: em vez de ‘pagar a conta’ e passar a respeitar a lei, ele vai mudar a lei para que possa se livrar do problema. É isso o que o setor vem fazendo”, afirma Sérgio. Com o novo Código, diz ele, foram diminuídas as exigências de recomposição e preservação de áreas desmatadas nas chamadas Reservas Legais (RL) e Áreas de Preservação Permanente (APP), e essa era a principal reivindicação dos ruralistas ao proporem a revisão da lei. “Eles foram espalhando modificações ao longo do texto para diminuir esse passivo e em alguns casos eliminá-lo. Essa anistia está nos vários artigos que falam, por exemplo, que quem desmatou até 2008 não está obrigado a recuperar tal e qual a legislação exigia”, diz. André Lima, assessor jurídico da organização não-governamental SOS Mata Atlântica, dá um exemplo que facilita a visualização da anistia que foi dada aos produtores rurais. “Quem desmatou, até 2008, margens de rios com mais de 200 metros de largura vai ser obrigado a recompor, na melhor das hipóteses, só 100 metros de vegetação, sendo que o código anterior exigia até 500

metros. Aí tem quem diga que não é anistia porque obriga a recuperar 20%, mas trata-se de uma anistia de 80%”, aponta, completando: “Mais de 75% dos produtores rurais são pequenos proprietários e, por isso, não vão precisar recuperar mais nada. Qual é a diferença, por exemplo, de uma nascente em uma pequena propriedade e em uma grande propriedade? Ambas têm uma função ecológica e ambiental altamente relevante. O que o governo deveria fazer era oferecer instrumentos e incentivos para que essa recuperação pudesse acontecer de fato e sem muito ônus para o pequeno produtor, em vez de simplesmente anistiar”, reclama.

Para Sérgio Leitão, com a diminuição da área de vegetação a ser recomposta pelos proprietários rurais, materializada no novo Código Florestal, os ruralistas agora deverão iniciar uma nova rodada de ataques à legislação ambiental. “O Brasil está se consolidando como grande produtor de alimentos e tem uma demanda mundial para ampliação da oferta de grãos, em função da emergência econômica de países populosos, principalmente a Índia e a China. Para os ruralistas, o Brasil tem que se colocar como o país que vai suprir essa demanda. Isso significa que o país precisa aumentar sua área plantada e sua produtividade. Nesse contexto, quem tem terra agricultável tem ouro na mão. Por isso o setor do agronegócio já começa a criar ambiência àquela percepção de que as leis que sobreviveram restringem a expansão da agricultura”, avalia.

Cortina de fumaça

Para o diretor de políticas públicas do *Greenpeace*, os argumentos usados pelos ruralistas para justificar a flexibilização das leis ambientais servem como uma cortina de fumaça sobre o que é pura e simplesmente uma corrida do grande capital para acumular mais patrimônio fundiário. Mesmo porque, segundo Sérgio Leitão, pesquisa conduzida na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ / USP) apontou que existem atualmente 61 milhões de hectares de terras subutilizadas no país. “Trinta e um milhões de hectares são pastagens, com um boi num espaço onde caberiam 30, e o restante são terras que foram utilizadas em algum momento, mas que estão ociosas atualmente. Essas terras já resolveriam o problema da expansão de áreas de produção”, explica. O argumento da necessidade de expansão da produção, completa, esconde uma disputa para ocupar terras que estão hoje fora do circuito comercial. “Hoje no Brasil a atividade de compra de terras está vinculada a grandes grupos financeiros e fundos de investimento com dinheiro sobrando. Se você quiser investir na Europa e nos Estados Unidos, a taxa de retorno hoje é nenhuma, porque os juros foram baixados para que as economias tenham alguma forma de reaquecimento, então tudo se volta para ativos fixos, como a terra, que passou a ser um artigo muito valorizado”.

Demandas ruralistas

Uma consulta à pauta de reivindicações da FPA, no site da entidade, dá uma ideia do que está por vir. Uma das demandas, inclusive, diz respeito a uma questão cara à saúde pública – e que tem sido acompanhada de perto pela Fiocruz: a revisão da legislação para o registro de agrotóxicos. “A bancada ruralista no Congresso quer eliminar as restrições que se fazem ao pleno uso dos agrotóxicos no Brasil, reclamando que isso lhe cria limitações. Então tudo aquilo que envolve práticas regulatórias para estabelecer controles ao uso de agrotóxicos no Brasil está sendo duramente criticado”, diz Sérgio Leitão.

A FPA também propõe revisar a legislação brasileira referente à demarcação das terras indígenas. Segundo André Lima, no dia 10 de outubro a bancada se reuniu com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardoso, para tratar do assunto. “A bancada está demandando a limitação do direito dos indígenas pela demarcação de suas terras e a revisão de algumas terras, inclusive. Esse é mais um elemento da estratégia de aumentar o volume

de áreas disponíveis e um fator de limitação de terras indígenas”, situa. Segundo ele, recentemente os ruralistas tiveram uma vitória nessa área, com a publicação, em julho, da portaria 303 pela Advocacia Geral da União (AGU). “Ela determinou, por exemplo, que não há necessidade de ouvir os povos indígenas em relação ao impacto de obras de infraestrutura, ferindo totalmente a convenção 169 da OIT, que trata do consentimento prévio e informado dos povos indígenas e tribais, da qual o Brasil é signatário”.

E as reivindicações não acabam por aí, segundo Sérgio Leitão. Outro item importante na pauta dos ruralistas é a revisão da legislação brasileira que restringe a venda de terras para estrangeiros. “Será que se você tem uma empresa estrangeira comprando terra no Brasil e ao mesmo tempo sendo controladora da produção ela vai produzir o que interessa ao país ou o que interessa para quem controla seu capital?”, indaga.

Como evitar o desmonte?

Como então frear esse desmonte da legislação? Para André Lima, o contraponto a esse movimento passa pela construção de estratégias de comunicação com a sociedade e de formação de alianças entre entidades ambientalistas, academia e poder público. “O desafio que se coloca pela frente não é pequeno, e temos que ampliar o arco de alianças em torno da discussão do marco que regulamenta o desenvolvimento no Brasil. O setor econômico está dominando na política e nas instâncias de debate sobre políticas públicas. Precisamos nos organizar melhor, nos unir aos movimentos sociais e às universidades que estão produzindo ciência sobre elementos da legislação ambiental”, avalia. Sérgio Leitão completa: “Acho que o trabalho agora é de reconceituar, narrar esse processo, fazer as pessoas entenderem toda a discussão para, a partir disso, pedir que elas possam ajudar numa intervenção que vise frear esse processo de desmonte e criar condições para recuperar essas mudanças que foram tão negativas”.

Confira alguns dos itens vetados pela presidente e outros que entraram no texto da lei

A presidente Dilma Rousseff vetou nove itens do Projeto de Lei aprovado no Senado que alterou a Medida Provisória editada por ela para complementar o texto do Código Florestal. A principal divergência entre Executivo e Legislativo era a questão da ‘escadinha’, criada pela MP 571/12, que previa um escalonamento das obrigações de recomposição de áreas ilegalmente desmatadas até 2008 de acordo com o tamanho da propriedade rural: na MP, por exemplo, propriedades rurais entre quatro e dez módulos fiscais (unidade que varia entre cinco e 110 hectares, dependendo da região) deveriam recompor 20 metros de vegetação nas margens de rios com até dez metros de largura. No Congresso, a exigência foi reduzida para 15 metros de recomposição de margens de rios desmatadas para propriedades rurais de até 15 módulos fiscais. Dilma vetou a alteração e, por meio de decreto, incorporou à lei o texto original da MP. A presidente também vetou a alteração feita pelos parlamentares que permitia a recomposição de áreas de preservação permanente (APP) com árvores frutíferas, o que, de acordo com a justificativa publicada em Diário Oficial, “compromete a biodiversidade das APPs, reduzindo a capacidade de essas áreas desempenharem suas funções ambientais básicas”.

Nem todas as alterações feitas no Congresso foram vetadas. Uma delas diz respeito à definição de APP em margens de rios. O texto original da MP dizia que eram APPs e, portanto, deveriam seguir as regras de recomposição e preservação dispostas na lei, as “faixas marginais de qualquer curso d’água natural”. No Congresso, o texto foi alterado para “faixas marginais de qualquer curso d’água perene e intermitente, excluídos os efêmeros”. A MP também previa o conceito de área abandonada, subutilizada ou utilizada de forma inadequada, o que acabou excluído do texto aprovado no Senado.

Para André Lima, mesmo com os vetos, a lei continua problemática. “Na verdade, alguns elementos trazidos pela MP continuam comprometendo a lei, como é o caso da ‘escadinha’, que é um jeito prático de dizer que a anistia está institucionalizada, só que com degraus”, opina, e completa: “O maior problema da lei é o fato de ela criar dois eixos: daqui para a frente vai ser de um jeito e daqui para trás vai ser de outro. Ao fazer isso ela criou dois pesos e duas medidas. Está dando anistia para quem desmatou ilegalmente mas não dá nenhum incentivo para quem cumpriu a lei. Agora o governo deveria cair de pau em cima de quem desmatou ilegalmente depois de julho de 2008, implementando a lei sem tolerância, para evitar que daqui a quatro anos esse grupo se some ao anterior para pedir mais anistia e mais redução de proteção”.

Saiba mais

Poli nº 12 jul/ago 2010 – entrevista com Raul do Valle, do Instituto Socioambiental, sobre o Código Florestal, Poli nº 22 mar/abr 2012 – matéria de capa relacionando as mudanças do Código Florestal e os desastres causados pela chuva. Leia também o especial sobre o Código no site da EPSJV: www.epsjv.fiocruz.br/codigoflorestal

"NÃO QUERO FLORES NO MEU ENTERRO. POIS SEI QUE IRÃO ARRANCÁ-LAS DA FLORESTA. QUERO APENAS QUE O MEU ASSASSINATO SIRVA PARA ACABAR COM A IMPUNIDADE DOS JAGUNÇOS SOB A PROTEÇÃO DA POLÍCIA FEDERAL DO ACRE QUE, DE 1975 PARA CÁ, JÁ MATARAM MAIS DE 50 PESSOAS COMO EU, LÍDERES SERINGUEIROS EMPENHADOS EM DEFENDER A FLORESTA AMAZÔNICA E, COM ELA, PROVAR QUE É POSSÍVEL PROGREDIR SEM DESTRUIR"

O ano de 1988 foi marcado por uma escalada da violência na cidade de Xapuri, no Acre. Reivindicando uma reforma agrária e o aproveitamento racional dos recursos da Floresta Amazônica, seringueiros liderados pelo então diretor do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri, Chico Mendes, se opunham aos interesses dos grandes proprietários de terra da região, que vinham desmatando imensas áreas de floresta para a criação de gado. À medida que a luta dos seringueiros ganhava projeção nacional e internacional, a retaliação dos fazendeiros ficava mais violenta: até setembro daquele ano, quatro líderes sindicais e seringueiros de Xapuri haviam sido assassinados a tiros. Foi nesse contexto que Chico Mendes, que já vinha chamando a atenção das autoridades para as ameaças de morte que vinha recebendo, escreveu a carta da qual o trecho acima foi retirado. Nela, ele vê o próprio assassinato como inevitável, chegando inclusive a afirmar que morreria até o dia 30 de dezembro. E estava certo: por volta das 18h45 do dia 22 do dezembro, uma semana após completar 44 anos, Chico Mendes foi assassinado no quintal de casa com um tiro de escopeta disparado pelo pistoleiro Darci Alves da Ferreira, a mando do pai, o fazendeiro Darly Alves da Silva.

Passadas duas décadas, os assassinatos de lideranças de movimentos que lutam contra a espoliação e degradação ambiental causadas pelo avanço das fronteiras de expansão capitalista no campo brasileiro infelizmente ainda são frequentes. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) registrou, entre os anos de 2002 e 2011, 377 pessoas assassinadas em decorrência de conflitos agrários no Brasil. Entre as vítimas estão lideranças indígenas, quilombolas, sem-terra, agentes de pastores, trabalhadores rurais e pequenos agricultores.

Fontes: Chico Mendes - Crime e Castigo, de Zuenir Ventura e CPT



PRA LEMBRAR

13 de setembro

Em Goiânia, 1987, dois catadores de sucata entraram em um hospital abandonado e pegaram um bloco de chumbo. Eles não sabiam que dentro havia uma cápsula de césio-137, substância radioativa que contaminou centenas de pessoas e matou, segundo a Associação de Vítimas, mais de 80. O desas-

tre é considerado o mais grave do mundo fora de usinas nucleares.

02 de outubro

Há exatos 20 anos, 111 detentos foram assassinados por policiais militares dentro da Casa de Detenção de São Paulo, no episódio que ficou conhecido como Massacre do Carandiru. Até hoje, ninguém foi punido.

14 de novembro

Data da criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, no governo de Getúlio Vargas.

17 de dezembro

Morreu em 1830, aos 47 anos, Simon Bolívar, líder revolucionário que lutou pela independência das colônias espanholas na América.

DIVISÃO DE PREJUÍZOS



Victor Ribeiro

A Vale, que tem 27% das ações, e o BNDES – credor de R\$ 2,4 bilhões – estão prestes a dividir os prejuízos provocados pela ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) com outros acionistas. Desde setembro, a TKCSA está à venda. Instalada no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, a planta industrial não recebeu licença de operação e é responsável pela emissão da substância conhecida como 'chuva de prata' sobre os quase 200 mil habitantes do bairro. Este dano, inclusive, já foi denunciado pelo estudo 'Avaliação dos Impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa', realizado por pesquisadores da Fiocruz. Movimentos sociais, como o Fora TKCSA!, são contra essa negociação.

20 ANOS DE CARANDIRU



Divulgação

Cento e onze foi número de mortos e zero é o número de punidos após 20 anos de um dos episódios mais dramáticos da história recente do Brasil, o Massacre do Carandiru. Em 2 de outubro de 1992, após uma

briga no Pavilhão 9, que desencadeou uma rebelião, policiais militares de São Paulo agiram de forma truculenta para controlar a revolta. A ação dos policiais entrou para a história e resultou em livro, filme e até em letra de música. Dos 100 acusados pelo massacre, 28 serão julgados no mês de janeiro do próximo ano. O coronel Ubiratan Guimarães, um dos responsáveis pelo caso e único condenado, foi assassinado em 2006, em um crime até hoje não esclarecido.

POLÍTICA NACIONAL DE AGROECOLOGIA É TÍMIDA



SXC

Esperada por diversos movimentos sociais, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) foi instituída pelo decreto 7.794 no mês de agosto. Prevista para sair em junho, durante a Rio + 20 e a Cúpula dos Povos, a publicação foi adiada por quase três meses e foi avaliada como tímida pelos movimentos sociais. Questões consideradas fundamentais para a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) foram deixadas de lado, como, por exemplo, o plano de redução do uso de agrotóxicos no Brasil – com banimento das substâncias já proibidas em diversos países –, a definição de áreas contínuas de produção agroecológica, além de apoio à pesquisa e assistência técnica deste modelo.

EBSERH EM PAUTA

Criada em dezembro de 2011, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) tem como intuito gerir os 45 hospitais universitários do país. Sua criação tem como uma das justificativas a desprecarização dos trabalhadores da saúde que hoje se encontram terceirizados. Mas, para entidades como a Frente Nacional de Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, ela vem ratificar o que já acontece hoje em relação aos trabalhadores do setor. Um concurso já está aberto para a contratação de profissionais em regime de CLT.

Duas resoluções contrárias à EBSEH foram aprovadas no mês de outubro pelo Conselho Nacional de Saúde. As resoluções foram sugeridas pela Frente Nacional contra a Privatização da Saúde com apoio do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). A primeira resolução recomenda aos ministérios da Saúde e da Educação que revoguem a lei 12.550/11 e que firmem convênios diretamente com as universidades. A outra delibera que o MS garanta todo o financiamento dos que não aderirem à EBSEH, permitindo às universidades autonomia na decisão.

ENSINO PARA QUEM?

Metade das vagas das universidades federais será destinada para estudantes que cursaram o ensino médio no ensino público e cujas famílias tenham renda per capita até um salário mínimo e meio e para negros, pardos e indígenas, de acordo com a proporção dessas populações em cada estado, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A 'lei de cotas', como é mais conhecida, foi publicada no mês de outubro e as instituições de ensino terão de implementá-la de forma progressiva ao longo dos próximos quatro anos.

BRASILEIROS GASTAM MAIS

De acordo com a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgada no mês de setembro, a despesa de consumo das famílias brasileiras com bens e serviços de saúde chegou a R\$ 157,1 bilhões (4,8% do PIB - Produto Interno Bruto) em 2009. Este montante chega a comprometer, em média, 7,2% dos orçamentos mensais dos brasileiros, entre planos de saúde e remédios, como aponta a pesquisa. Enquanto isso, a despesa da União com esses bens e serviços foi de R\$ 123,6 bilhões (3,8% do PIB).

A UM PASSO DA APROVAÇÃO

Há quase dois anos em tramitação na Câmara dos Deputados, o Plano Nacional de Educação 2011-2020 (PNE) agora segue para o Senado. Em suas 20 metas e mais de 150 estratégias, a versão atual do PNE traz avanços em relação ao texto original do Executivo, mas ainda há temas que abrem margem à discussão nesta nova etapa. Algumas das principais críticas que a Conferência Nacional de Educação (Conae) fez ao projeto inicial estão tratadas neste último texto. Entre elas, a destinação dos 10% do PIB para educação, a necessidade de se avaliar primeiro a situação atual para que se estipulem determinados índices, como o Custo-aluno-qualidade (CaQ) e um monitoramento mais estreito do cumprimento das ações do Plano e do financiamento.

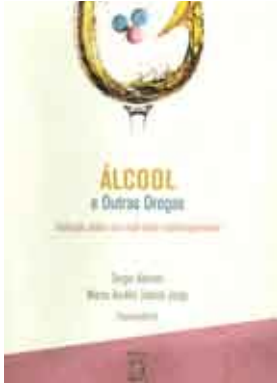
SOMOS TODOS GUARANI KAIOWÁ



Wilson Dias / EBC

Em resposta a uma ordem judicial de reintegração de posse de uma fazenda no município de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul, os indígenas da tribo Guarani Kaiowá da comunidade Pyelito Kue fizeram um manifesto no qual pediam à justiça que, no lugar da expulsão do território tradicional, decretasse simbolicamente a "morte coletiva" dos indígenas, causando comoção nacional. No artigo 'Os motivos da luta dos Guarani e Kaiowá pelos territórios tradicionais, tekoha guasu', de Tônico Benites, doutor em Antropologia Social e guarani kaiowá, mostra que as disputas pela terra vêm desde a década de 1970. Em 2009, o governo federal demarcou a terra indígena Arroio Korá. Poucos dias depois, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a decisão e pediu a reabertura do processo de homologação. O processo encontra-se hoje em análise. Segundo os indígenas, tal episódio acirrou ainda mais os conflitos.

Uma abordagem abrangente sobre as drogas



Eduardo Galeano cunhou certa vez a expressão “mundo ao avesso”, para tentar exprimir a inversão de valores que permeia determinados aspectos da nossa sociedade contemporânea. Um exemplo, na avaliação desse autor, seria a mídia, que estaria dedicando cada vez mais espaço para tratar da “guerra” às drogas, mas haveria um silenciamento a respeito das causas que levam ao seu consumo, ou, como diz este autor, em relação à cultura que induz cada vez mais ao uso de “consolos químicos” para aplacar as angústias, temores, ansiedades e inseguranças do cotidiano.

A questão das drogas, hoje, é assunto emergente e efervescente. Como diz Sérgio Alarcon, no segundo capítulo deste livro resenhado, “em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados, as drogas motivam discussões apaixonadas sobre sua proscrição ou aquiescência”. Em ‘Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal estar contemporâneo’, Alarcon e o professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) Marco Aurélio Jorge, organizadores, buscam revigorar o debate sobre a questão das drogas, sejam elas lícitas ou ilícitas, na sociedade contemporânea.

Baseado na experiência dos autores na coordenação de cursos, desenvolvimento de pesquisas, supervisão de serviços e gestão de políticas públicas, o livro reúne uma seleção de autores que, através de perspectivas diferentes, proporcionam uma abordagem abrangente à problemática das drogas. Uma das preocupações do livro, sobretudo nos seus capítulos iniciais, é a de contextualizar, dentro de uma perspectiva histórica, a questão das drogas e das políticas criadas para lidar com o problema, tanto no cenário internacional quanto no nacional. A seguir, são apresentadas definições e classificações para os tipos de drogas mais comuns, critérios para o diagnóstico da dependência química e para a abordagem terapêutica às pessoas com problemas relacionados ao uso prejudicial dessas substâncias. O livro contém capítulos destinados a apresentar estratégias e recursos para a atenção aos usuários, como a abordagem à família, os grupos de mútua ajuda e a experiência em serviços, tais como centros de atenção psicossocial e outros. Há também referência a grupos mais vulneráveis, como crianças e adolescentes, portadores de HIV ou populações étnicas, dentre outros.

Ao propor um panorama rico, com perspectivas que buscam desmistificar, desnaturalizar e romper com preconceitos estabelecidos sobre a questão das drogas, o livro convida o leitor a novas reflexões sobre a temática. Trata-se de uma leitura mais do que recomendada para profissionais, gestores, familiares, usuários dos serviços, estudantes e interessados no assunto de modo geral.

Álcool e outras drogas: diálogos sobre um mal estar contemporâneo
Sérgio Alarcon e Marco Aurélio Soares Jorge (orgs.), Fiocruz, 2012, 346p.

Daniel Groisman é formado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), mestre em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) ●

PUBLICAÇÕES



Vivendo no fim dos tempos
Slavoj Žižek
Editora Boitempo, 2012, 368p.



A Reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual
Milton Pinheiro (org)
Expressão Popular, 2012, 376p.



O Louco, a Rua, a Comunidade: as relações da cidade com a loucura em situação de rua
Angela Maria Pagot
Editora Fiocruz, 2012, 230p.

TRANSGÊNICOS

“Cada brasileiro consome em média 5,2 litros de agrotóxicos por ano. Até quando vamos engolir isso?”. É esse o mote da Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e Pela Vida, lançada em 2011. Desde então, o debate sobre o modelo de agricultura químico-dependente vem ganhando espaço na sociedade civil e na academia, sendo o exemplo mais recente a entrada da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) no rol de instituições científicas que buscam evidências dos males desses venenos para o meio ambiente e a saúde humana. Mas você sabe qual é a relação disso com o uso de organismos geneticamente modificados (OGMs) ou, simplesmente, transgênicos?

Para começar, agrotóxicos e transgênicos são dois lados da mesma moeda. As gigantes do setor – transnacionais como Monsanto e Bayer – baseiam seus negócios na venda casada de pacotes agroquímicos: adubos, sementes modificadas e agrotóxicos. “Até os anos 1960, a produção agrícola não era químico-dependente. Isso começa com o fim da Segunda Guerra, quando os esforços das grandes empresas químicas, que antes produziam armas, são redirecionados para a agricultura. O discurso da **Revolução Verde** sustenta uma nova intervenção tecnológica, agregando, além dos agrotóxicos, as sementes transgênicas, modificadas para resistir aos herbicidas”, explica Lia Giraldo, do Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães da Fundação Oswaldo Cruz (CPqAM/Fiocruz) e autora do verbete ‘Transgênicos’, do Dicionário da Educação do Campo, publicado pela Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) em parceria com a Expressão Popular.

Como a maioria das modificações genéticas é feita para tornar a planta resistente a um agrotóxico,

atualmente cada transgênico está associado a um tipo de herbicida – no caso brasileiro, a maior parte resiste ao glifosato. A lógica é simples: uma mesma empresa produz a semente transgênica e o agrotóxico que pode (e deve) ser aplicado nela, matando teoricamente as ervas daninhas e preservando a soja. E ganha em dobro, já que o agricultor precisa comprar o ‘pacote completo’. Silvio Valle, professor-pesquisador da EPSJV e especialista na área de biossegurança, explica que, como a modificação genética garante que se possa utilizar herbicida na preparação e cultivo da planta, os alimentos elaborados com soja transgênica, por exemplo, possuem mais glifosato do que os outros. E não para por aí: segundo ele, com o uso excessivo e descontrolado do glifosato sobre a planta transgênica, surgem ervas daninhas resistentes a esse veneno, o que obriga o agricultor a usar também outro tipo de agrotóxico para exterminá-las. “O agricultor gasta mais e nós consumimos muito mais agrotóxicos”, conclui.

Movimento de grupos empresariais aliados a governos de países do hemisfério norte para aumentar a produtividade no campo dos países considerados subdesenvolvidos. Inclui o incremento de pesquisas para a produção de sementes mais resistentes a pragas, agrotóxicos e maquinários para a agricultura. Financiado pelo grupo Rockefeller, aprofundou a monocultura, as desigualdades no campo e reforçou o lugar dos países do sul no mercado internacional como exportadores de produtos agrícolas.

Essa ‘ciranda’ pode se tornar um caminho sem volta, já que as sementes não transgênicas e crioulas já estão desaparecendo. Isso porque, como explica Silvio, estando no mesmo ambiente, a planta transgênica pode ‘contaminar’ as outras – o próprio Ministério da Agricultura, no Regulamento Técnico que trata da produção orgânica, determina que é preciso evitar formas de prevenir e diminuir “riscos de contaminação externa, inclusive OGM e derivados”, transferindo o ônus de se controlar a disseminação do transgênico para o agricultor que produz orgânicos. Além disso, diz o pesquisador, as empresas de sementes que atuam hoje no Brasil são controladas pelos grandes conglomerados biotecnológicos, que praticamente não oferecem a opção não transgênica.

Por tudo isso, Lia ressalta que o problema não está na tecnologia, mas no uso que as empresas fazem dela. “Uma coisa é o uso da transgenia para a criação de medicamentos e vacinas. Ninguém é contra o avanço tecnológico e muito menos contra o desenvolvimento de tecnologias para enfrentar problemas de saúde”, analisa.

Escalada da biotecnologia

Desde 1953, com a descoberta da estrutura do DNA, todos os organismos podem ser manipulados em laboratório para se criarem transgênicos. A primeira empresa a obter resultados concretos com a experimentação genética de plantas foi a norte-americana Monsanto, que, em 1986, patenteou a soja *Roundup Ready* e passou a comercializá-la junto com o herbicida *Roundup*.

Na esteira da descoberta da Monsanto, os Estados Unidos foram pioneiros em liberar plantações transgênicas – e sem muito monitoramento. “Com isso, a produção transgênica foi misturada à não transgênica e os EUA perde-

ram a capacidade de monitorar seus impactos", aponta Lia. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), somente normas de biossegurança que incluam análises dos produtos transgênicos, a partir de monitoramento e rastreabilidade dos cultivos, podem fazer frente aos potenciais riscos da modificação genética. "Existem diferenças entre uma experiência circunscrita ao laboratório – um local fechado, com sistema de ar, iluminação e temperatura controlados – e outra, como as sementes transgênicas, que estão em ambiente aberto. Há um fluxo constante de ventos, água, solo, pássaros e insetos; e esses ecossistemas vão se adaptando às intervenções, às vezes com grandes prejuízos, como a perda de biodiversidade", afirma Lia Giraldo.

Porteira aberta

Na década de 1990, houve um *boom* de cultivos transgênicos nos Estados Unidos e em outros países. Para entrar nos mercados da América Latina, a Monsanto passou a vender sua soja transgênica na Argentina sem cobrar *royalties*, o que barateava o custo para os agricultores. No Brasil, onde a plantação de transgênicos era proibida, produtores do Rio Grande do Sul começaram a plantar clandestinamente sementes contrabandeadas da Argentina. Em 2003, primeiro ano do governo Lula, ambientalistas esperavam que esse quadro de desregulação, que havia prevalecido durante todo o governo Fernando Henrique Cardoso, fosse revertido. Mas aconteceu o contrário.

Como demonstra a cientista social Marijane Lisboa no artigo 'Balanço ambiental do governo Lula', nos primeiros meses de 2003, nova safra ilegal estava pronta para ser colhida. A negociação com os agricultores, liderada pela Casa Civil, se balizou na assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) que estabelecia um compromisso: o governo liberava a colheita, desde que os agricultores se comprometessem a não plantar mais transgênicos. "Mas, aos poucos, a Casa Civil foi descartando essa solução até convencer o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – os dois únicos que resistiam – a aceitarem a esdrúxula solução de 'legalizar' a colheita por meio de uma MP", escreve Marijane. A bancada ruralista do Congresso ameaçou emendar um projeto de lei legalizando novos plantios. "Em troca de aprovar a versão original da MP, a Casa Civil concordou em rever a Lei de Biossegurança, aprovada em 1995, que, aos olhos dos ruralistas, apresentava defeitos", relembra.

O principal "defeito" era a atuação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Uma das principais atribuições do Ibama, por exemplo, era exigir um relatório com avaliação do impacto ambiental de cada planta ou animal geneticamente modificado. A partir daí, o órgão emitia o parecer que subsidiava o Ministério da Agricultura, responsável pelo registro e fiscalização de sementes e animais transgênicos. Mas a nova Lei de Biossegurança interrompeu esse processo e esvaziou o papel do MMA, ao determinar que os aspectos da legislação ambiental não são aplicáveis à engenharia genética. Ao mesmo tempo, o governo fortaleceu a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), criada em 2005 também pela nova Lei de Biossegurança. "A indústria dos transgênicos pressionou o governo de tal forma que ele criou uma lei dando poderes totais à CTNBio. O que vemos, de 2005 para cá, é uma CTNBio que 'aprova' os organismos transgênicos de forma cada vez mais acelerada, deixando de cumprir seu papel de avaliação de riscos", afirma o agrônomo Gabriel Fernandes, membro da AS-PTA – Agricultura Familiar e Agroecologia. Lia Giraldo, que foi membro da comissão de 2005 a 2007, concorda: "Vi de perto como são liberados os transgênicos. As prioridades não são a qualidade da alimentação, a saúde do povo ou a preservação ambiental, mas os interesses das grandes empresas".

A sintonia entre comissão e empresários, que Lia denuncia, tem como exemplo mais recente a liberação do monitoramento pós-comercial. "É na fase experimental que as primeiras informações sobre os riscos dos transgênicos podem ser reunidas. Aceitando os argumentos dos empresários, que defendiam que essas informações poderiam ser colhidas também

em plantios comerciais, a CTNBio flexibilizou as regras: primeiro, passando a experimentação para a fase comercial e, mais recentemente, tornando o monitoramento pós-comercial facultativo. Essas sementes estão sendo aprovadas e ninguém pode afirmar com certeza que não causarão problemas porque as pesquisas são dispensadas", resume Gabriel.

Segundo ele, a atual disputa no interior da CTNBio diz respeito à liberação de soja e milho transgênicos resistentes ao herbicida 2,4-D, um dos compostos do agente laranja, veneno usado pelos Estados Unidos durante a Guerra do Vietnã. "Depois do uso intensivo de soja, milho e algodão transgênicos resistentes ao *Roundup*, o mato foi ganhando resistência e a tecnologia, perdendo eficácia. As concorrentes da Monsanto enxergam o problema como oportunidade para disputarem o mercado, cada uma com a sua semente e agrotóxico associado. Nesse contexto, entra o 2,4-D, um dos herbicidas mais cancerígenos que existem. São dois produtos em pauta na CTNBio e, se forem liberados, representarão um retrocesso monstruoso para a saúde pública, alimentação e agricultura", diz.

De acordo com Silvio Valle, a falta de controle das pesquisas científicas não se dá apenas no caso das plantas. Ele lembra, por exemplo, os testes que estão sendo feitos neste momento, na Bahia, com mosquitos *Aedes aegypti* que foram geneticamente modificados para não transmitirem mais o vírus da dengue. "Não me consta que os órgãos de saúde pública e meio ambiente estejam fiscalizando os riscos de se colocar esses mosquitos no ambiente. O problema não é só científico: trata-se da falta de sistema de vigilância sanitária e ambiental efetivo para todas as liberações comerciais de produtos oriundos da engenharia genética", diz. O site da Moscamed, organização social (OS) que está desenvolvendo o projeto, explica que os testes serão feitos em Juazeiro, município "com certo grau de isolamento", o que garantiria "que variáveis não interfiram na obtenção dos dados". Além disso, informa que o laboratório da organização atende às exigências da CTNBio. ●